

SUMÁRIO

- 513 — ● Do CELAM ao Episcopado Latino-Americano
- 517 — ● Renovação e Adaptação nos Institutos Religiosos — MONS. PAUL PHILIPPE, O.P.
- 529 — ● A Liturgia e a Formação das Religiosas — PADRE BASIL FRISON, C.M.F.
- 537 — ● Para uma Sociologia da Paróquia — G. J. N. DEELEN, SS.CC.
- 551 — ● Experiência em Nísia Floresta — G.F.
- 555 — ● Democracia Dinâmica e Educação
- 565 — ● Venda de Objetos Sacros — PADRE FREI BOAVENTURA DA GANGI, O.F.M. Cap.
- 570 — ● Note e Anote :
- 574 — ● CRB Informa...
- 576 — ● Recensões Bibliográficas

Documentos do CELAM

Do CELAM ao Episcopado Latino - Americano

N. da R. — *Atendendo a que uma adequada execução da Constituição sobre a Sagrada Liturgia implica esmerada formação litúrgica, publicamos esta carta do Revmo. Presidente do CELAM, na qual se anuncia um plano a respeito, em nível latino-americano, de incontestável interesse para todos religiosos e religiosas.*

Talca, maio de 1964.

Exm.º Sr. :

A missão fundamental do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) é servir às veneráveis conferências episcopais da América Latina. Dentro desse pensamento, temos julgado que o problema pastoral de maior urgência que se apresenta neste momento ao nosso Continente é o da aplicação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia. Com efeito, numerosos episcopados latino-americanos têm expressado o desejo de que o CELAM realize certos trabalhos comuns aos diversos episcopados.

Em vista disso, a Presidência convocou um limitado número de peritos de algumas nações a fim de realizar um estudo prévio e submetê-lo à consideração das veneráveis conferências episcopais para que pudessem se servir das sugestões que fôsem feitas na reunião. Mais alguns dias, e serão enviadas a V. Ex.ª as atas das reuniões e os documentos que servirão de base a nossos estudos.

Durante as reuniões viu-se a conveniência bem como a necessidade de uma colaboração estreita entre as diversas conferências, com vistas a um trabalho coordenado. Acrescente-se que a Junta Nacional da Liturgia da Espanha — convertida hoje em Comissão Nacional de Liturgia — por intermédio do seu então Presidente, S. Ex.ª Jesús Enciso Viana, nos fez cientes da urgência e necessidade de que o Episcopado espanhol chegasse a um acôrdo de cooperação com o Episcopado latino-americano para conseguir em castelhano um texto comum dos livros litúrgicos.

Temos visto que a tarefa a realizar é de tal monta que supera as forças individuais de um episcopado. Dado, por outra parte, o intercâmbio editorial na América Latina, é quase inevitável que em cada nação e mesmo em cada diocese se produza o fenômeno de diversidade de versões e de edições, o que evidentemente contrariaria o espírito dos episcopados de apresentar à Santa Sé uma determinada versão para ser aprovada. Isto aconteceria mais ainda se toda espécie de edições a título privado comesçassem a circular, provavelmente sem muita qualidade ou, pelo menos, sem corresponder às exigências delineadas pelos episcopados.

Todo esse trabalho — realmente imenso — é da competência de cada episcopado, o que aumenta nossa responsabilidade. Em consequência, se o CELAM intervém nesses trabalhos, é o faz unicamente pelo desejo de não multiplicar inutilmente os esforços das diversas conferências latino-americanas.

O CELAM foi devidamente informado que brevemente a Comissão Pós-conciliar de Liturgia, recentemente nomeada por Sua Santidade, dará uma ampla e detalhada "Instructio", a qual permitirá a imediata execução de tudo aquilo que, no espírito e letra da Constituição, seja possível realizar antes mesmo da futura revisão geral dos livros litúrgicos. Tal fato cria uma situação de urgência que é necessário enfrentar e resolver com a maior pressa.

Um dos mais graves aspectos, como V. Ex.^a constatará, é o que se refere à instrução prévia do clero, religiosos e fiéis, a fim de lhes dar a conhecer o espírito e o sentido da reforma litúrgica, como o quer o Concílio Vaticano II.

Essa instrução exigiria o estabelecimento de um centro propulsor e coordenador das atividades litúrgicas e de cursos destinados a completar a formação litúrgica dos professores dessa matéria nos seminários e dos responsáveis pelas comissões litúrgicas nacionais e diocesanas. Como o clero em exercício constitui uma proporção várias vezes mais alta que o clero em formação, equipes itinerantes facilitar-lhe-iam a orientação que também se estenderia aos religiosos, religiosas e leigos. Complemento a esse mister de instrução seriam as publicações e o intercâmbio de planos e programas. As Atas porão V. Ex.^a ao par dos detalhes concernentes a esse plano de instrução.

Achamo-nos, como V. Ex.^a bem sabe, frente a uma reforma litúrgica que exigirá a tradução dos textos litúrgicos e uma revisão do canto e dos ritos, o que afeta ao missal, ritual, breviário e pontifical. A Santa Sé recomenda a unidade de versões para uma mesma língua, como na prática já estão fazendo as nações de língua francesa (França, Canadá, Suíça e Bélgica), de língua inglesa (Inglaterra, Estados Unidos e Austrália) e as de língua alemã. O Episcopado italiano adotou o ritual suíço-italiano de Lugano, e ao Episcopado espanhol foi proposta a adoção do ritual do CELAM em caráter provisório.

Quanto à missa, o problema de mais urgente solução é o do Lecionário. O Episcopado argentino teve a gentileza de enviar ao CELAM, antes

de dar sua aprovação, o Lecionário preparado por uma equipe de peritos, num trabalho que representa um magnífico esforço, desejosos para que se realize um intenso e fecundo intercâmbio de iniciativas e experiências entre todos os países da América Latina e o CELAM... com vistas a uma possível unificação de textos em toda a América Latina. Igualmente, o CELAM recebeu uma cópia do Lecionário preparado pelo Episcopado espanhol, com o interesse de se chegar a um texto uniforme das perícopas bíblicas.

Não é por ser menos extenso que é menos importante a um texto uniforme para o Pai-nosso, principais aclamações e demais partes do Ordinário que correspondem ao povo.

Outra questão que exige uma solução urgente e uniforme é a versão das fórmulas sacramentais e de alguns títulos do ritual, como as exéquias etc.

Um triplo motivo estabelece a urgência de prover a uma edição do Breviário em espanhol: a faculdade outorgada pela Comissão aos Ordinários de permitirem a seus sacerdotes a recitação do breviário em vernáculo; o direito de as religiosas e leigos rezarem o ofício em espanhol; e o perigo de se publicar versões precipitadas, sem a devida preparação — como algumas editôras pretendem fazer.

Essa situação exige a preparação de uma edição provisória do Breviário, cujo uso serviria de necessária experiência para a edição definitiva.

O CELAM tem querido se empenhar na complexa tarefa que ocasiona a versão dos livros litúrgicos como um serviço prestado aos episcopados. Projeta-se realizar êsse trabalho por meio de uma equipe internacional de peritos latino-americanos e espanhóis em íntima colaboração, a qual supera evidentemente as capacidades ordinárias do CELAM e obriga-nos a suplicar respeitosamente às veneráveis conferências episcopais queiram prestar a ajuda indispensável de pessoal, seja destacando por certo tempo alguns sacerdotes que trabalhem nessa tarefa, seja outorgando a outros para trabalharem nas respectivas dioceses.

Todos êsses projetos, cujos detalhes especificar-se-ão nas Atas, são submetidos à consideração das veneráveis conferências episcopais. O CELAM enviará ainda uns esquemas para que possam ser estudados pelos excelentíssimos membros de cada episcopado e possam também tomar uma decisão a respeito.

O Senhor quis regalar a sua Igreja com o dom inapreciável do Concílio Ecumênico, e a prova mais tangível de sua bênção foi a Constituição sobre a Sagrada Liturgia que, conforme as palavras de S.S. Paulo VI, é um documento de excepcional importância própria para nos recordar que Deus ocupa o primeiro lugar em nossa vida, que a oração é nosso primeiro dever e que a Liturgia é a primeira fonte da vida divina (cf. Discurso de 4 de dez. 1963). O CELAM infere daí também que o primeiro trabalho a prestar nesta hora ao Episcopado latino-americano é a cooperação com todas as suas forças para que essa reforma litúrgica produza todos os frutos que a Igreja dela espera.

Os não pequenos sacrifícios que o CELAM se impôs nessa reunião, o ótimo espírito de colaboração que reinou durante as deliberações e as conclusões de ordem prática que em breve comunicaremos a V. Ex.^a, nos asseguram antecipadamente que o fim que procurávamos — coordenar o esforço litúrgico de nosso Continente e dar-lhe a maior unidade possível e no mais breve tempo — encontrará em V. Ex.^a uma benévola acolhida e contará com o apoio de todo o Episcopado de sua nação nesse comum empreendimento, sinal visível da unidade espiritual de nosso Continente.

De Sua Excelência, af.^o em Cristo,
+ D. MANUEL LARRAIN ERRÁZURIZ
Presidente do CELAM



Embora projete sôbre as misérias e pecados da vida presente a viva e deslumbrante luz de seu juízo final e o esplendor do novo Reino, Jesus tem consciência de ser aquele que deve tirar essas misérias e esses pecados, e salvar os homens para o novo Reino. Como Filho do homem, é, ao mesmo tempo, Juiz e Salvador.

(KARL ADAM — em Jesus Cristo)



E quantas frustrações na vida cristã ou no apostolado, porque não se levou em conta o limite das próprias forças, a possibilidade de tentação da carne nas almas aparentemente as mais santas, e pelo fato de que nem a graça dos sacramentos, nem o fervor das orações, nem o carisma das ordenações não suprem as deficiências humanas e psicológicas de desastradas educações de base, origem de traumas efetivos e de complexos que um dia ou outro se vingam. Recordemos a observação de Pascal: "Quem quer fazer-se de anjo, faz-se besta"!

Se, por vocação, e depois de demorado exame, alguns cristãos são chamados a se dedicarem à vida monástica que, por essência, é uma busca de Deus, onde a ânsia pela vida celeste se torna tão instantânea que se é levado a antecipá-la até onde o permitem as forças e a condição humana, não menos verdadeiro é que, mesmo nesses casos — os verdadeiros monges o sabem melhor do que ninguém — um angelismo prematuro só provocaria frustrações, mesmo nessa vocação excepcional, que tem valor de sinal e não de exemplo para todos. Os cristãos são, na terra e na vida, homens que permanecem, em toda uma parte deles mesmos, homens como os outros.

(R. GIRAUT — em Rumos de um Catolicismo Evangélico)

Renovação e Adaptação nos Institutos Religiosos

N. da R. — *Dada a atualidade e importância de que se reveste o tema em questão, e vista a autoridade e competência do ilustre autor, o Revmo. Secretário da Sagrada Congregação dos Religiosos, publicamos a tradução da conferência proferida por S. Ex.^a Revm.^a na Assembléia Geral da Conferência Religiosa Canadense, no mês de agosto de 1963.*

MONS. PAUL PHILIPPE, O.P.

ANTES de deixar Roma, eu quis reler com meus colaboradores os Estatutos da Conferência Religiosa Canadense e me sinto feliz por vos poder exprimir tôda a nossa comum satisfação. Nos quase quatro anos de Secretário tenho me interessado particularmente pelo funcionamento das diversas conferências nacionais de superiores — atualmente existentes em uns cinquenta países — e procuro fazer aproveitar as que nascem ou que querem melhorar seus estatutos com as experiências das outras. Ora, a Conferência Religiosa Canadense, agrada-me em vos comunicar, tem servido de modelo em numerosos casos, especialmente pela excelente organização de seu secretariado permanente.

Sem dúvida estareis contentes em saber, se ainda não estais ao par, que aquêlê que levantou êste secretariado permanente, o Revmo. Padre Guay, O.M.I., foi recentemente encarregado pela Sagrada Congregação dos Religiosos de organizar um outro secretariado permanente, o da "União Romana dos Superiores Gerais", a qual abrange não sômente os superiores gerais residentes em Roma, mas todos os do mundo inteiro, quer estejam à frente dos institutos de direito pontifício ou de direito diocesano.

Essa União Romana é um organismo de ligação muito eficaz, creio, para uma troca de experiências adquiridas não sômente por meio de cada um dos superiores no govêrno de seus próprios institutos mas, outrossim pelas conferências nacionais de que êsses superiores fazem também parte nas respectivas pátrias.

Em Roma, essa União já realizou entre os superiores gerais lá residentes — e são uma centena — contatos muito frutíferos na perspectiva do Concílio Ecumênico. Os problemas que surgem na maioria dos institutos e que vão ser expostos ao Concílio interessam aos elementos essenciais da vida religiosa, sua perpétua renovação e suas necessárias adaptações para que ela seja digna da missão na Igreja e diante de Deus. Interessam também à formação dos jovens religiosos, à eficácia apostólica e a uma melhor cooperação com a Jerarquia. Todas essas questões e muitas outras ainda são estudadas por comissões especiais no seio da União Romana.

Um organismo paralelo, a “União Romana das Superiores Gerais”, apenas acaba de achar seu estatuto, mas se propõe seguir o exemplo da “União dos Superiores Gerais” e trabalhar em estreita colaboração com ela para todos os problemas comuns.

Por sua vez, essas duas uniões romanas mantêm constantes relações com a Sagrada Congregação dos Religiosos. Somos felizes em fazer apêlo à grande experiência dos Padres Gerais e das Madres Gerais, em pedir-lhes os pareceres antes das decisões importantes, em explicar-lhes o sentido de nossas diretivas, a fim de os interessar melhor na execução destas nos seus respectivos institutos.

Ora, o que fazemos em Roma durante anos, gostaria de realizá-lo convosco, Revmos. Padres, Irmãos e Madres, nestes poucos dias de Assembléia Geral.

Aliás, vós me ajudastes bem na minha tarefa correspondendo ao meu apêlo e me enviando numerosas questões.

Sou feliz em vos dizer que vossos problemas são os mesmos que nós nos propomos em Roma, levadas em conta evidentemente as modalidades próprias à vida religiosa e apostólica no Canadá. Porém, mesmo classificando-os conforme as diferentes matérias tratadas, creio que perderíamos muito tempo. Ainda mais, parece-me responder melhor à expectativa de todos o inserir questões e respostas numa exposição conjunta dos problemas que surgem hoje no Canadá como no mundo inteiro e que reterão sem dúvida a atenção dos Padres do Concílio.

Necessidade e natureza da renovação e das adaptações

Desde uns quinze anos que se vem falando muito sobre adaptações da vida religiosa às exigências de nosso tempo. Não há congresso de religiosos ou de religiosas, conferências de superiores maiores que não hajam tocado nesse assunto de um modo ou de outro. Mesmo em Roma o I Congresso Geral dos Estados de Perfeição, realizado em 1950, tinha por tema “De accommodata renovatione Statuum perfectionis”, (Da renovação adaptada dos estados de perfeição) ou, em italiano, “l’aggiornamento”, a atualização dos institutos religiosos.

Todos concordam em pensar, com efeito, que os institutos religiosos têm necessidade de se adaptar às exigências do nosso tempo. Nada mais

contrário ao espírito da Igreja e dos santos fundadores que a inadaptação dos meios ao fim, seja quanto ao fim principal do estado religioso, a santificação pessoal, ou aos fins especiais dos diversos institutos, ministério ou variegadas obras de misericórdia. A vitalidade espiritual e apostólica dos institutos religiosos supõe uma perpétua adaptação de seus meios a essa dupla finalidade.

Carece pois conceber êsse ajustamento como uma grande e perpétua renovação dos institutos, das comunidades e das pessoas. Eis por que, antes de amoldar os horários às exigências do apostolado moderno, antes de suprimir observâncias regulares que cremos serem incompatíveis com as saúdes modernas ou com as precisões espirituais dos religiosos de nossa época, é mister retemperar-nos no espírito dos santos fundadores, lembrar-nos do que eles queriam e perguntar-nos o que eles teriam feito hoje para adaptar verdadeiramente seus institutos com todo o seu quadro religioso e suas obras apostólicas às exigências da santidade e às necessidades dos homens de nosso tempo. Antes de pensar em adaptar e mesmo para melhor adaptar, é indispensável pois procurar renovar.

Critério geral e principais motivos de adaptação

Dentro dessa perspectiva, o que poderá e deverá ser adaptado? Antes de tudo, e o que é capital, jamais será questão modificar a natureza própria do instituto, seu fim e seu espírito, acrescento mesmo seus meios fundamentais de santificação e de apostolado, os que dão à vida da ordem ou da congregação sua forma característica e seu lugar na Igreja. Tudo isso constitui o patrimônio intangível do instituto. É necessário nos perguntarmos se ainda lhe somos fiéis e precisamos fazer tudo para renová-lo, mas é impensável tocar nêle: nenhuma possível adaptação no que constitui a própria essência do instituto.

Todavia, se é bem verdade que êsses elementos essenciais não mudam em si mesmos, faz-se mister acrescentar que eles são vividos diferentemente pelos homens segundo as circunstâncias de tempos e lugares. As observâncias monásticas que constituem o quadro regular de tantas ordens antigas e mesmo de muitas congregações modernas não poderiam ser supressas no seu conjunto sem modificar substancialmente a forma da vida religiosa dêsses institutos. E, contudo, quantas diferenças entre o horário cotidiano de um convento do século XIII e o de casas do mesmo instituto em 1963! Outro exemplo: o ministério sagrado das almas é essencialmente da mesma natureza hoje como outrora; porém, quantas novidades nos modos de difundir a palavra sagrada!

Em suma, se a natureza de um instituto, o fim, o espírito e seus grandes meios característicos não mudam, é preciso acentuar bem que o *modus vivendi* deve necessariamente se aclimatar às circunstâncias nas quais nos encontramos atualmente. Digamos mais precisamente que tais adaptações devem levar forçosamente em conta as condições físicas e psíquicas dos

religiosos, as exigências da cultura, as necessidades do apostolado e as circunstâncias sociais e econômicas.

1. Adaptações motivadas pela saúde física e psíquica

É comum afirmar que as saúdes, hoje, não são mais como as de antanho. Os temperamentos de nossos ancestrais suportavam facilmente, mesmo no mundo, os jejuns e as vigílias; seria imprudente tal imposição a todos sem discernimento. Quanto ao equilíbrio mental e nervoso, sabemos como é frágil em um número de casos cada vez maior.

Nessas condições, as observâncias regulares devem se adaptar às forças atuais, os momentos de descanso devem ser previstos, e os meios de higiene corporal postos ao alcance de todos.

Do mesmo modo, é indispensável que os superiores levem em conta as forças físicas e psíquicas de cada um dos religiosos quando os designam para obras a fim de evitar a sobrecarga que é tão prejudicial ao equilíbrio espiritual e à eficácia apostólica.

Acaso vemos relaxamento nessas adaptações? — Sim, se a mitigação das observâncias e o cuidado da saúde tiverem como finalidade o simples prazer do bem-estar, o medo do sacrifício ou mesmo simplesmente do incômodo. Não, se tais reajustamentos são necessários para permitir aos religiosos mais alta consecução do duplo fim: santificar-se melhor na vida religiosa e melhor servir o próximo.

2. Adaptações motivadas pelo apostolado e pelas obras

Mas não são só as condições físicas e psíquicas dos religiosos e das religiosas de nosso tempo que impõem uma adaptação dos meios ao fim. As necessidades do apostolado obrigam também a certas revisões de horários de nossas casas religiosas, pois os leigos não estão livres senão à noite; também o ministério das almas ou os deveres de assistência social e da educação da juventude impõem deslocamentos e meios de transporte que nossos pais e mães teriam considerado inúteis ou perigosos para a vida religiosa.

3. Adaptações motivadas pelas condições sociais ou econômicas

Numa outra ordem de idéias, as condições sociais ou econômicas modernas requerem um testemunho de vida mais despojado, menos "burguês", mais evangélico, do que antigamente. Nesse caso, adaptação significa muitas vezes maior exigência de pobreza.

Do mesmo modo, a evolução social tem obrigado a maior parte dos institutos religiosos a reconsiderarem a divisão de seus membros em duas classes, as coristas e as irmãs ou irmãos conversos, seja para suprimir tal distinção seja para diminuir as diferenças entre as duas categorias. É fato constatado que os institutos que se fundam hoje em dia não comportam quase nunca essa distinção, mesmo havendo padres neles. Nesses institutos, os que não são sacerdotes honram o sacerdócio de seus irmãos padres, mas têm

os mesmos direitos e podem ter acesso a cargos, menos ao de superior geral. Aliás, é interessante observar que essa adaptação de ordem social é ao mesmo tempo uma volta ao passado, uma renovação, uma restauração da mais pura tradição monástica. No tempo de São Bento, e na Idade Média até o século IX, não havia uma categoria de religiosos: nem todos eram padres, mas todos eram monges.

4. Adaptações motivadas pela necessidade de cultura

Um último motivo de adaptação aos tempos atuais reside na precisão de cultura religiosa e humana, tão vivamente ressentida pelos jovens e, mais ainda sem dúvida, no mundo religioso feminino.

Há uns trinta anos, em numerosos conventos de irmãs ou de irmãos e mesmo, digamo-lo francamente, de religiosos padres, a biblioteca da comunidade continha apenas livros obsoletos, pelo fato de ser considerado como falta à pobreza um orçamento anual para compra de livros ou assinaturas de revistas para a casa.

Atualmente, a necessidade de cultura religiosa e humana tem excitado os superiores a darem aos irmãos e irmãs os expedientes para a leitura e estudo. Apraz-me em vos felicitar particularmente, prezadas Madres, por haverdes compreendido, mais rapidamente no Canadá, a importância dos cursos de verão para religiosas.

Brevemente direi qual o esforço que resta para a formação doutrinal das jovens professoras; mas quero chamar a atenção desde já sobre o dever que as superiores têm de fornecer a todas as religiosas do próprio instituto, e não somente às "juniors", os meios necessários para aperfeiçoarem sua cultura religiosa e humana. Tornar-se-ia imprescindível que toda religiosa, por mais atarefada que esteja nas obras, disponha de um pouco de tempo para ler, aprofundar seu conhecimento sobre os mistérios da fé, abrir seu espírito aos grandes problemas da Igreja, aperfeiçoar a competência profissional, e assim durante a vida toda, cada qual segundo as capacidades e precisões.

Aqui ainda, como se vê, adaptação significa progresso, progresso numa vida religiosa mais doutrinalmente preparada e progresso num apostolado mais consciente de suas responsabilidades diante da Igreja e do mundo.

Tais são os principais motivos que devem inspirar as adaptações dos modos de vida religiosa e dos métodos de apostolado às condições atuais a fim de obter uma verdadeira renovação de todos os institutos religiosos.

Os responsáveis pela renovação e adaptações

Falta-nos agora perguntar-nos por quem vão se operar essas adaptações e renovações.

Digamos já que a renovação espiritual de um instituto religioso interessa a todos os seus membros e deve se tornar uma obra pessoal e coletiva, realizada na vida de cada um, como nos empregos e cargos em todos

os degraus do instituto. É uma obra de orações, de exemplo, de fidelidade à letra e ao espírito, obra humilde e perseverante.

Quanto às adaptações a introduzir no instituto, é bem claro que somente às autoridades supremas, a saber os capítulos gerais e o superior geral secundado pelos conselheiros cabe concebê-las, decidi-las e impô-las.

Os simples religiosos e mesmo os superiores locais jamais poderão se autorizar da inadaptação de certos pontos das constituições para dêles se dispensarem, pondo as autoridades responsáveis diante de fato consumado. Enquanto estas não intervierem, a fidelidade às leis em vigor se impõe a todos.

Por outro lado, é necessário que os superiores maiores considerem como um dever grave de seu cargo o fato de não pôr os religiosos na tentação de se dispensarem a si próprios de leis manifestamente inadaptadas: que os superiores e os capítulos gerais não hesitem em propor em tempo as modificações necessárias para o maior bem de seus religiosos e maior eficiência do apostolado do instituto.

Normas práticas para uma adaptação das leis

Quais as regras práticas a seguir para amoldar as constituições, as diretivas, os costumes dos institutos aos princípios que acabamos de enunciar?

1.º — Como há pouco dissemos, nunca devemos pôr em questão uma modificação da natureza do instituto, de seu fim principal e de suas obras, do espírito e dos grandes meios próprios, naquilo que êles têm de essencial.

2.º — Antes de modificar o que existe, carece pesar as conseqüências da mudança. Num artigo da Suma, Santo Tomás pergunta a si mesmo “se uma lei humana deve *sempre* ser trocada quando se espera algum melhoramento” e, contra toda expectativa, responde negativamente.

Para modificar uma lei — explica êle — é preciso certamente que seja previsto um bem para a comunidade. Entretanto, carece notar que a simples mudança de uma lei comporta sempre nela mesma certo dano para a solidez do corpo social, pelo simples fato de que uma prática da lei passada para os costumes (consuetudo) favorece muito sua observância. Eis por que, quando uma lei é trocada, a força obrigatória fica enfraquecida pelo mesmo fato. Nunca se deve mudar uma lei se o dano que decorre da mudança não seja compensado pelo benefício esperado, e é preciso então que seja em favor de uma utilidade muito grande ou muito evidente ou ainda em caso de extrema necessidade (1).

Esses princípios do Doutor Angélico deveriam ser lembrados no comércio de todos os capítulos gerais. Quando se começa a mudar leis verdadeiras que atravessaram os séculos e que ainda são substancialmente observadas, não sabemos onde vamos. O capítulo geral se separará satisfeito por ter editado uma lei nova mais perfeita que a precedente, porém o capítulo

(1) 1.ª-2.ªe. q.97, a. 2. Cf. *Un cinquantenne. La mania dei cambiamenti*, Rivista di ascetica e mistica, 8, 1963, p. 269-285.

seguinte já deverá modificá-la, porque não era viável ou porque respondia a uma situação temporária já ultrapassada.

Precisamos constatar bem que tôdas as mudanças freqüentes enfraquecem a estima das leis e a autoridade que as ditaram.

E o que acabo de dizer das leis gerais, quais as constituições, vale também para leis particulares e decisões tomadas pelos superiores locais. Nada mais enervante por exemplo que as trocas de horários muito freqüentes na vida de uma comunidade. Certa estabilidade na vida cotidiana é indispensável à regularidade, a qual é por si mesma uma condição imprescindível ao fervor religioso.

3.º — Na mesma ordem de idéias, não devem ser abolidas observâncias sem verdadeira motivação.

A história mostra, com efeito, que tradições verdadeiras nunca se restabeleceram uma vez supressas. Antes de destruir, torna-se necessário perguntar se não há mais esperança de melhoria (2).

4.º — Todavia, é necessário ter o espírito aberto e acolhedor para encarar as coisas, para se informar sôbre as necessidades reais, para admitir o que há de fundamento nas lamúrias e reclamações (3).

5.º — Quando a alteração de uma coisa é decidida, é preciso proceder antes por evolução do que por revolução (4).

Tais são as normas práticas que me parecem dever reger as eventuais inovações nas leis religiosas em vista de adaptações que se impõem e sobretudo em vista de uma renovação profunda e continuada de todos os institutos religiosos.

Principais domínios de renovação e de adaptações

Munidos com êsses princípios falta-nos agora passar em revista os diferentes domínios suscetíveis de renovação e de adaptações. Por falta de tempo, assinalemos os mais importantes, os mais urgentes de nosso tempo.

1. Renovação da vida interior e adaptações à vida litúrgica

É preciso antes de tudo afirmar com o maior vigor que o primeiro objetivo a visar, se quisermos renovar verdadeiramente um instituto, é de promover em todos os seus membros uma vida religiosa autêntica e, mais precisamente ainda, uma profunda vida de união com Deus. Se os religiosos de um instituto votados à vida apostólica ou à vida ativa tendem de todo o coração ao fim principal de sua vida consagrada, se procuram em todos seus atos agradar a Deus e viver sob seu olhar, se O amam verdadeiramen-

(2) Cf. P. Basset, O.S.B., *Quelques règles pratiques de l'adaptation*, Acta et documenta du Congrès Général des Etats de Perfection, Rome, 1950, t.1, p. 135.

(3) Cf. P. Basset, *ibid.*

(4) Cf. P. Basset, *ibid.*

te para Ele mesmo e se desejam ardentemente contemplá-lo, receberão d'Ele então a luz para ver tôdas as coisas como Ele as vê na vida pessoal, no instituto e no apostolado e acharão, como que naturalmente, sobretudo se são superiores, as verdadeiras adaptações a fazer. Os santos fundadores de ordens foram grandes contemplativos, os mais sábios homens na legislação e os mais adaptados às necessidades dos seus religiosos e do próximo.

Não será pois pela diminuição do tempo consagrado à oração que um instituto religioso será renovado, mas tornando-a mais viva e fecunda.

Não há dúvida que, a esse respeito, são necessárias adaptações em muitos institutos, no sentido de uma vida de oração mais autêntica. Quantos institutos pretendem, por exemplo, não poder recitar o ofício da Igreja e consagram a orações vocais, que se seguem sem ligação orgânica, um tempo mais longo que a recitação do Breviário! Sem dúvida: a Sagrada Congregação dos Religiosos nunca impõe a recitação do ofício divino a religiosos não-clérigos ou a religiosas não-monjas, mas aprova geralmente a substituição de um pequeno ofício pela recitação de uma parte ou mesmo de todo o breviário em língua vulgar ou em latim, quando a substituição é pedida pela grande maioria dos religiosos e religiosas. Na verdade, não tenhamos ilusão; não é porque um instituto tenha adotado um ofício mais litúrgico, que a vida de oração de seus membros será automaticamente renovada. A letra não é bastante; é preciso também o espírito, o coração. Todavia, se nesse domínio tão importante os superiores souberem adaptar os meios aos fins essenciais da vida religiosa, um passo importante estará feito, que estimulará as energias para uma renovação da vida interior.

2. Renovação e adaptações na assistência ao próximo

Todos os institutos que representais, caros Padres, Irmãos e Madres, são votados à vida ativa ou mista, seja ela de ministério sagrado, de educação da juventude, de obras de assistência caritativa ou social.

Muitas questões me foram apresentadas sobre uma eventual evolução do conceito, até aqui tradicional do serviço ao próximo.

A tomada por leigos, e mesmo freqüentemente pelo Estado, de obras até agora dirigidas sobretudo por religiosos ou religiosas não deveria levar a Igreja a confiar ao laicato cristão as escolas, hospitais e toda a assistência social, para liberar os milhares de religiosos e de religiosas que a isso se consagraram até agora e lhes confiar assim tarefas mais propriamente evangélicas, para consagrá-las exclusivamente ao apostolado? Tais obras de caridade que a Igreja assumiu nos séculos passados, não são para Ela obras suplementares, obras que Ela tem dirigido porque o Estado não foi capaz de criá-las?

A resposta a essa questão capital nos é dada pela própria Igreja: todos os últimos papas têm declarado que a Igreja jamais renunciará ao exercício da caridade sob tôdas suas formas, quer se trate de socorrer os pobres, de cuidar dos doentes ou de assistir os prisioneiros. Ela recebeu tal missão do seu Fundador e Chefe invisível, o próprio Jesus, quando Ele confiou

essas obras aos discípulos e lhes revelou que seria a Ele mesmo que eles assistiriam nos seus membros (5).

E é ainda a Igreja que tem sancionado o papel de cada um de vossos institutos no mundo quando aprova vossa ereção canônica e vossas constituições: não podeis, sem lhe desobedecer, modificar vosso fim específico e abandonar vossas obras. Tende confiança: hoje, como ontem, a Igreja vos confia uma obra que lhe é própria, não uma obra de suplência, mas de caridade, isto é, uma obra feita por amor a Deus e porque Ele ama os seres que vos são confiados: crianças e doentes. Sem dúvida, os mestres e enfermeiras leigas podem amá-los com um amor também de caridade, porém a obra que exercem, o ensino ou o cuidado dos doentes não é concebido por eles ou pelo Estado como obra de caridade mas como obra social.

Há pois hoje em dia, haverá também amanhã e até o fim dos tempos lugar para institutos religiosos votados às obras de caridade e faz-se mister dizer a vossos religiosos e religiosas que se consagrem a esse serviço como serviço de Deus na pessoa do próximo, como uma obra da Igreja.

Um irmão educador que ensina a matemática ou uma religiosa hospitalar que passa os dias e talvez as noites na sala de operações faz uma obra que tem valor de caridade por si mesma e que contribui de sua parte, humilde mas segura, para a obra comum de todo seu instituto.

Não é menos verdade que muito freqüentemente nos contentamos de fazer bem o trabalho profissional sem visar o bem das almas das quais nos aproximamos. Quantos educadores, padres, irmãos, ou irmãs docentes consideram ter satisfeito em tudo o dever preparando bem seus cursos, dedicando-se às aulas sem medir esforços para interessar os alunos na matéria ensinada, sem verem nessas almas de crianças criaturas do Bom Deus que devem ser amadas como Cristo as ama, com vistas a conduzi-las à perfeição humana e cristã.

A grande renovação da vida religiosa ativa reside, a meu ver, nessa posse de consciência, mais urgente em nossos dias do que nunca, do dever que tem todo o religioso e religiosa de ser um apóstolo, uma testemunha de Jesus Cristo. Que cada irmão educador, que cada religiosa hospitalar tenha essa sede das almas que descobrimos na vida de todos os santos. Que cada qual faça o que puder, que os superiores vejam o que pode ser feito para *anunciar* (aos homens) *as inescrutáveis riquezas de Cristo* (6). Na maior parte das vezes será de modo muito modesto, numa conversa com um doente, recreio com alunos, contatos com os pais deles, interesse pelos empregados leigos da casa, enfim cada vez que é possível ser um testemunho de Cristo, não podendo deixar de falar d'Aquêle que ele ama. Tornar-se-ia necessário que todos os religiosos, sacerdotes ou não, que tôdas as religiosas em contato com o próximo possam dizer como São Pedro e São

(5) Cf. Mat 25,31-40.

(6) Ef 3,8.

João : *Não podemos deixar de falar das coisas que temos visto e ouvido* (7).

Não nos equivoquemos portanto a respeito das exigências desse dever apostólico. Poder-se-ia tornar um pretexto para a evasão de cargos mais humildes e mais ingratos. Entretanto, em inúmeros casos, esse zelo das almas ficará no estado de desejo interior e se traduzirá sobretudo em oração pelo próximo e por aqueles que, na comunidade, estão encarregados desse apostolado direto. Porque, afinal, é a comunidade inteira que tomou o encargo das almas confiadas às suas obras e não cada religioso individualmente.

Não cabe menos aos superiores o dever de procurar estimular o zelo apostólico de seus religiosos e incitá-los a tomarem tôdas as ocasiões que se apresentarem no exercício de suas funções a serviço do próximo, para se comportarem como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Ademais, e isto é muito importante, é preciso que os superiores responsáveis tenham um sentido muito profundo das necessidades atuais da Igreja para verem tôdas as extensões possíveis das obras de seus institutos, na linha de sua especial finalidade. Por que religiosas docentes não assumiriam, se pudessem, casas de educação especializada para crianças docentes ou retardadas, lares de estudantes femininas ou escolas noturnas para mães pobres ? O campo de ação é quase ilimitado no interior de cada uma das grandes categorias de obras de caridade assumidas pelo instituto. É pois preciso que os superiores reconsiderem sem cessar tais grandes problemas, sabendo transformar as obras que não correspondam mais às necessidades atuais e inventem mesmo novas obras mais adaptadas a nosso tempo, sob a condição todavia de permanecerem sempre fiéis ao escopo especial do instituto, a seu espírito como às suas possibilidades práticas.

3. *Renovação e adaptações à vida regular nas comunidades*

Depois de examinar a renovação e as adaptações que concernem os dois fins da vida religiosa e apostólica, a santificação pessoal e a assistência ao próximo, mister se faz focalizar as que convêm à vida regular nas comunidades.

Desde o século IV, os homens e as mulheres que querem consagrar sua vida ao serviço de Deus separam-se do mundo, reúnem-se em comunidades, observam uma regra de vida e se colocam sob a direção de superiores. Tudo isso constitui a vida religiosa tal como a Igreja a sancionou no Código de Direito Canônico (câns. 487, 488, 1.º, e 595).

Quanto a esses elementos essenciais e constitutivos, a vida religiosa jamais variou e não é para ser adaptada. É necessário sempre, mesmo nos institutos mais ativos, haver uma certa separação do mundo, uma certa vida comum, constituições e superiores.

Mas, quantas evoluções, quantas mudanças no correr dos séculos, quantas adaptações a fazer hoje para tornar vossa vida religiosa sempre mais apta a vos santificar e a vos preparar para tarefas apostólicas!

Falece-me o tempo para expor em detalhe as adaptações necessárias a uma sã renovação dos diferentes elementos da vida religiosa, mas responderei de bom grado às questões que me dirigistes por escrito e que levarão logo a uma discussão sem dúvida bem interessante e frutuosa.

Não posso senão assinalar agora, como para excitar o diálogo, primeiramente a necessidade urgente de uma *pobreza* individual e coletiva que traga seu verdadeiro testemunho e seja, pela liberação que ela opera, uma escola de esperança cristã e de abandono à Providência.

Quanto à *castidade* e aos perigos de infiltração do espírito do mundo nas casas religiosas, sei pelas vossas questões que estais preocupados. Que me seja permitido insistir sobre a necessidade de conceber antes de tudo a castidade sob seu aspecto positivo, como um dom exclusivo de seu coração ao Senhor, como uma consagração a Ele de todo o ser, corpo e alma. Sem dúvida, isso não resolve por encantamento todos os problemas, mas põe o espírito na verdadeira luz para os afrontar com calma e exigência.

Há um outro campo sobre o qual quereria atrair vossa atenção: o da *vida de comunidade*. Creio que deve ser feito um esforço para que cada casa religiosa constitua uma família onde nos amemos verdadeiramente como irmãos ou como irmãs.

Enfim se me é permitido, toco numa questão bem delicada e que não abordo sem receio e temor: a do *hábito religioso*. Muitas pessoas sérias e prudentes, entre as quais numerosos bispos e superiores gerais, consideram a justo título que a forma de numerosos hábitos religiosos constitui um obstáculo à vocação das jovens de nossa época. Pio XII e “o bom Papa João”, ele próprio, muitas vezes observaram que certos hábitos — e sobretudo certas coifas ou véus — não tinham a simplicidade e sobriedade que convém a religiosas. Creio pois vos lembrar o pensamento muito claro dos soberanos pontífices e vos encorajar a ver se não há lugar para proceder a uma modificação no hábito de vosso instituto; corresponde ele às exigências modernas da higiene e, sobretudo, se é uma indumentária que, pela sua simplicidade, pobreza e modéstia exprime o caráter sagrado de esposa de Cristo?

É bem patente que se o hábito religioso já realiza tais condições, não deve ser trocado. Seria pena por exemplo se fôssem supressos certos hábitos ligados à tradição monástica das grandes ordens. Bastará muitas vezes modificar somente a quantidade ou qualidade do tecido empregado e talvez mesmo reencontrar a simplicidade primitiva, suprimindo alguns pequenos acréscimos mais recentes.

4. *Renovação e adaptações na formação dos jovens e das jovens religiosas*

Falta-me ainda um ponto a tratar: o da formação dos jovens e das jovens religiosas. Se quisedes renovar a vida religiosa e apostólica de

vossos institutos, é preciso começar por adaptar a formação de vossos jovens professores ou professoras às suas necessidades atuais.

Não tratarei aqui da formação dos jovens religiosos nos institutos clericais, porque foi objeto de uma constituição apostólica, a "Sedes Sapientiae", e de estatutos editados pela Sagrada Congregação dos Religiosos em 1957.

Limitar-me-ei à formação dos jovens professores nos institutos de irmãos e das jovens professoras nas congregações femininas. Desde vários anos, em quase todos os países, mas sobretudo aqui nos Estados Unidos e no Canadá, apraz-me em dizê-lo, um esforço considerável tem sido feito para a formação dos jovens irmãos e irmãs. Outrora, desde a saída do noviciado, jovens religiosos ou religiosas eram enviados para as obras. Mais tarde percebeu-se que a formação espiritual era insuficiente, e o noviciado foi prolongado de um ano. Agora, quase por toda a parte, o tempo para os votos temporários é chamado "juniorato" e é consagrado a aperfeiçoar a formação espiritual e a dar uma formação profissional que prepara para as obras do instituto.

Contudo, há um domínio que talvez não tenha retido a atenção desejada no programa dos junioratos: o da formação doutrinal, análoga à que recebem os futuros sacerdotes, mas evidentemente adaptada às necessidades dos irmãos ou das religiosas.

Inteiramo-nos, com efeito, que para exercer um apostolado eficaz, não basta possuir uma vida espiritual profunda e boa preparação profissional de ensino ou de enfermagem; é indispensável também saber falar da nossa religião, conhecer suficientemente a Sagrada Escritura para aproximar os protestantes, saber em que consiste a doutrina social da Igreja para esclarecer os que estão fascinados por uma ideologia mais ou menos marxista, ser capaz de expor os princípios da moral cristã aos rapazes ou moças perturbados por uma literatura malsã.

Muito mais ainda, é preciso que os irmãos e irmãs jovens achem nesses estudos doutrinários um alimento sólido para a própria vida espiritual e em particular que saibam ler a Sagrada Escritura como o livro por excelência, aquele que contém a Palavra de Deus.

Um esforço está ainda para ser feito a fim de que os junioratos se tornem uma instituição estável, como são os escolasticados dos institutos clericais. A Sagrada Congregação prepara um estatuto mas não quer ainda impor nada, porque pretende aproveitar das experiências feitas aqui ou acolá. Porém, um dia certamente virá em que o juniorato será tão obrigatório quanto o noviciado, como acontece com o escolasticado dos futuros sacerdotes. Será também sábio introduzi-lo sem tardar onde não existe.

Conclusão

Prezados Padres e Irmãos, prezadas Madres, terminei. Procurei levar em conta vossas questões ao expor os princípios que regem todos esses problemas de renovação e de adaptações da vida religiosa e do serviço ao próximo para responder às exigências eternas da santidade cristã e às necessidades atuais do mundo.

Liturgia

A Liturgia e a Formação das Religiosas

PADRE BASIL FRISON, C.M.F.

Perito do Concílio

A 21 DE OUTUBRO DE 1962, quando os membros da Comissão pela Sagrada Liturgia se reuniram pela primeira vez no *hall* do "Congresso" da Sagrada Congregação dos Ritos, nenhum deles podia conjeturar e muito menos prometer o grande sucesso que coroou o trabalho. Foi uma justa recompensa para a dedicação e infatigável trabalho da Comissão.

A votação do inteiro projeto da Constituição sobre a Sagrada Liturgia deu-se na manhã de 4 de dezembro de 1963, dia do encerramento da segunda sessão do Concílio Ecumênico. A presença do Santo Padre na sala conciliar acrescentou uma particular significação ao ato: aqui estava o Concílio Ecumênico inteiro e completo. A assistência especial do Espírito Santo fôra-lhe prometida por Cristo. Uma vez mais os Padres do Concílio foram solicitados a expressar sua opinião por voto secreto. Um dos contínuos, jovem sacerdote do Iraque, ao distribuir as cédulas aos Padres, declarou: *Aquêles momentos eram históricos*. Tendo sido anunciado pelo Secretário-Geral do Concílio o resultado do escrutínio (2.147 votos afirmativos contra 4 negativos), o Santo Padre procedeu solenemente ao ato de *aprovar, decretar e ordenar a promulgação* da Constituição sobre a Sagrada Liturgia. Naquela hora histórica, a Igreja estava consagrada a uma verdadeira renovação pastoral: uma nova era acabava de começar.

A Constituição da Sagrada Liturgia é para todos. Bispos e padres têm uma responsabilidade especial; ao laicato, foi atribuída uma tarefa muito importante, porém não fácil; o ecumenismo, agora, tem um instrumento de maior valor e o mundo pode experimentar no seu meio uma presença da Igreja mais dinâmica e santificante.

A parte que as religiosas têm nesse empreendimento é talvez decisiva, pelo menos nos Estados Unidos. Pelo que se torna indispensável um estudo cuidadoso do documento. Uma leitura rápida da Constituição poderia deixar alguém desapontado. Entretanto, tal desapontamento provaria somente algo que o leitor não captou o sentido. O tempo mostrará que a Constituição tem tôdas as qualidades necessárias para a realização, no campo da liturgia pastoral, das grandes finalidades que o Papa João XXIII desejava que o Concílio Ecumênico atingisse.

Especial consideração deve ser dada às pequenas introduções de cada capítulo, onde serão encontradas jóias de sumários doutrinários. São um guia seguro para uma reta interpretação da intenção das normas disciplinares da Constituição.

Os religiosos têm uma predisposição particular para se beneficiarem da renovação litúrgica. A Liturgia excede os limites do ordinário e do prosaico. E os religiosos são os poetas da vida cristã e usam a poesia não como uma evasão da vida mas como um meio de possuí-la. Que ninguém tenha medo de afirmar a verdade de a vocação religiosa ser um raro carisma de Deus. Este envolve uma extraordinária fome, uma ambiciosa mente e vontade capazes de se alimentarem nas coisas terrenas como redimidas pela graça. Todavia, os religiosos têm preferido se alimentar mais freqüente e diretamente das coisas divinas que o Verbo feito carne trouxe para este mundo e que são o antegozo das coisas eternas. Como a poesia é a arte de obras-primas, a vocação religiosa é um chamado ao esforço para a mais alta perfeição. Esta é tão grande e duradoura que já contém alguns aspectos escatológicos, podemos dizer, sinais da vitória eterna alcançada inicialmente e das esperanças celestiais parcialmente cumpridas.

A vida religiosa tem suas raízes mergulhadas no coração dos sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Santa Eucaristia. Portanto, os religiosos acharão alimento espiritual substancialíssimo na doutrina proposta em cada capítulo da Constituição da Sagrada Liturgia.

Vivemos numa época em que o diálogo é mais popular. A evidência dessa moderna inclinação é constatada facilmente no mundo político, cultural e das religiões não-católicas. Nesse clima, o Concílio Ecumênico Vaticano II propôs-se um programa preeminentemente moderno; em consequência, está procurando estabelecer um diálogo em todos os níveis e campos de atividade que concernem à missão da Igreja.

O diálogo poderia ter partido respondendo à pergunta desafiadora feita à Igreja de todos os lados: *Que dizeis de vós mesma?*; ou, talvez, poderia Ela ter se empenhado em um colóquio com os irmãos separados em verdadeiro sentido ecumênico; ou entrado num colóquio com o mundo moderno que espera uma resposta para os múltiplos e intrincados problemas morais que atormentam nosso atômico e autômato espaço e era psiconalítica. Todos êsses tópicos foram submetidos e, pelo menos, parcialmente discutidos no Concílio. Porém, apesar da significação e urgência globais, não formaram a primeira etapa do diálogo na Igreja.

A Igreja preferiu encetar seu diálogo com Deus, — como disse Paulo VI na audiência pública de 12 de dezembro de 1963, — o primeiro dever, a primeira reforma, a primeira mensagem para o mundo deve ser esta: *é necessário rezar bem*.

A Liturgia é a oração da Igreja, a Igreja em oração. Como afirmou o Santo Padre na alocução de 4 de dezembro na cerimônia de encerramento da segunda sessão do Concílio, a Sagrada Liturgia é a primeira fonte de nossas relações com Deus. A Liturgia deve ser entendida e usada como uma estrada real conduzindo o homem para Deus e Deus ao homem. Há a Liturgia da palavra que dispõe o homem para a comunhão com a Palavra feita carne e pão; e há a Liturgia da Eucaristia que é uma verdadeira comunhão sacramental e sacrificial com Cristo.

Tal diálogo é verdadeiramente único no mundo; por meio dele a vida divina é dada ao homem. E, por ser êsse diálogo divinamente frutífero, a Liturgia é a melhor escola para o espírito; uma escola da verdade e uma perene chama ardente da caridade. A Igreja é em primeiro lugar uma sociedade religiosa e por isso deve ser uma comunidade de oração.

O nôvo homem, como atualmente o chamamos, deve aceitar êste programa: falar com Deus, escutar-Lhe a palavra e estar unido à Palavra. São essas as dimensões impostas pela Liturgia à nossa vida espiritual. A incomensurável riqueza da vida litúrgica da Igreja deve levar-nos a uma vida cristocêntrica, espiritual e pessoal. Com efeito, com Cristo não há dimensões mas espaços infinitos para contemplar, amar e trabalhar. Um relance de olhos no capítulo sôbre o ano litúrgico dará uma visão particularmente impressionante sôbre os vastos horizontes que estão abertos às almas que desejam amar e dar até o limite de sua capacidade. Se isso é verdade para a vida espiritual pessoal e comunitária, as religiosas devem também transferir essas vistas para suas atividades, para sua missão total no mundo.

A declaração que abre o documento sôbre a Liturgia é de uma densa riqueza e de longo alcance:

Êste Sagrado Concílio tem vários fins em vista: deseja comunicar um vigor sem crescente à vida cristã dos fiéis; adaptar mais convenientemente às necessidades de nossos tempos aquelas instituições que estão sujeitas a mudanças; nutrir o que pode promover a união entre todos os que crêem em Cristo; fortificar tudo o que possa ajudar para chamar a humanidade inteira para a Família eclesial. O Concílio vê, portanto, particulares e persuasivas razões para empreender a reforma e a promoção da Liturgia.

Essa declaração constitui ainda o supremo critério que preside a Constituição tôda. Se a Liturgia planeja o programa do diálogo da Igreja com Deus, é natural que a idéia mestra seja derivada dos requisitos dêsse diálogo. O diálogo, porém, deve levar ao conhecimento, apreciação e união com a outra pessoa. Isso, nos termos da economia da salvação que constitui a razão de Deus se inclinar para o homem, é um constante aumento da vida cristã nos fiéis.

A coisa suprema na Liturgia é a vida de alma enxertada em Cristo como o ramo na videira. É esse o propósito da Liturgia: que expressemos em nós mesmos a vida de Cristo e que, através de tal expressão, outros possam aprender a conhecer Cristo e viver nEle. Assim, o divino toma raiz no humano, o invisível brilha no visível do homem, a ação emana da contemplação, o cristão viaja no mundo, porém com os passos de um peregrino. Então a jerarquia de valores é assegurada: o humano é para Deus, o visível para o invisível, a ação para a contemplação, o temporal para o eterno.

Tudo está agora claro: todas as normas doutrinárias e disciplinares da Constituição conduzem a uma realização mais completa da vontade de Cristo: *Para que eles possam ter vida e a possam ter mais abundantemente*. Os Padres do Concílio, particularmente aqueles da Comissão Litúrgica junto com os *Periti*, mediram por esse padrão cada sugestão feita com vistas a redigirem o texto e avaliarem as subseqüentes correções propostas pelo Concílio. Os liturgistas e os responsáveis pela atual aplicação da lei, entre os quais as religiosas devem ser incluídas, devem aceitar também tais critérios. O primeiro artigo da Constituição encerra as regras adotadas pelo Concílio com o propósito de escrever um documento verdadeiramente pastoral. Foram as seguintes, citadas acima: as partes da Liturgia que não são imutáveis deverão ser melhor adaptadas às presentes necessidades; aquilo que promove a união de todos os cristãos deverá ser sustentado; o que leva estranhos para a Santa Madre Igreja deverá ser fortalecido. O Concílio Ecumênico considera a renovação e fomentação da Sagrada Liturgia como o precípuo instrumento para o cumprimento dessas finalidades.

A Liturgia requer a harmonia entre a atividade interior e a participação exterior. Isso significa que o que é mais pessoal e individual deverá ser combinado com o que é mais social e público a fim de que o encontro com Deus possa tomar lugar no coração dos fiéis.

No passado, a formação espiritual pessoal e conjunta, mesmo com referência às ações litúrgicas, por exemplo a Missa, não acentuava suficientemente o aspecto social ou comunitário. Mas, a Liturgia é essencialmente comunitária. Daí parece oportuno fazer algumas observações que possam ajudar a vencer uma possível confusão psicológica.

Um rápido olhar na história sagrada do Antigo Testamento seria suficiente para convencer alguém que o povo escolhido de Deus estava profundamente convencido do caráter social da sua Liturgia. Para os Israelitas era um princípio fundamental de fé que Deus escolhera Israel como seu povo. Sentia-se, portanto, ligado a Deus não por uma relação direta, mas antes pela aliança que Deus fizera com seu povo. Isso era na verdade uma visão limitada; poder-se-ia dizer visão discriminatória. O israelita olhava Deus, não como o Criador de tudo o que está descrito nos primeiros capítulos do Gênesis, mas como seu próprio Deus. O sentido ecumênico não sobressaía. Essa referência à demasiada exclusividade na história dos judeus não pretende fazer esquecer o fato segundo o qual alguns dos maiores profetas tencionavam lembrar-lhes o caráter universal do governo de Deus.

Por outro lado, a pessoa individual — assim se pensava — não tinha um *status* religioso próprio separado e independente. Tal reconhecimento pertencia somente ao grupo privilegiado, a uma limitada corporação, ao povo escolhido. O indivíduo estabelecia e mantinha suas relações com Deus por pertencer ao povo escolhido. Dificilmente poderia haver maior senso comunitário a respeito das relações do homem com Deus.

Tal atitude, entretanto, está em forte contraste com as visões do mundo e do espaço de nossa época: uma atitude que saiba também como se entender desde a conquista do universo até a exaltação da pessoa individual, acentuando, como nunca antes, sua dignidade e direitos.

De qualquer modo, a Liturgia não pode existir sem um caráter pronunciadamente social ou comunitário. Isso vale particularmente a respeito da Liturgia do Nôvo Testamento. Mas o Nôvo Testamento é o aperfeiçoamento do Antigo Testamento. O espírito evangélico tem alargado e enriquecido o sentido comunitário do Antigo Testamento em ambas as direções: para o ecumenismo e para a pessoa individual.

A Igreja, o nôvo povo de Deus, é católica; as promessas não são reservadas aos filhos de Abraão; pertencem a cada homem, judeu ou gentio, grego ou romano, através da incorporação a Cristo. Uma pessoa em estado de graça é templo do Espírito Santo; sua personalidade é exaltada pela inabitação da Santíssima Trindade; *Se alguém Me ama, viremos para fazer nele Nossa morada.*

Pio XII tinha plena consciência da necessidade dessa orientação social da Liturgia católica e acentuou a revivescência daquele sentido comunitário como o supremo e óbvio objetivo da sua Encíclica *Mediator Dei*.

O primeiro passo para a renovação litúrgica é uma formação espiritual de suficiente profundidade social. Felizmente, o ecumenismo ou solidariedade e total comunhão entre os homens é uma das maiores novidades de nossos tempos. Isso explica por que a Constituição sobre a Sagrada Liturgia insiste tanto, a ponto de quase se tornar repetição, sobre a necessidade de uma maior e consciente participação ativa dos fiéis na Liturgia.

Entretanto, carece observar cuidadosamente, como já estabelecia a Encíclica *Mediator Dei*, que a participação interior ou pessoal é absolutamente essencial para o completo florescimento e frutificação da ação litúrgica. Portanto, um equilíbrio entre a participação pessoal e a comunitária é necessário no sentido de que uma plenitude psicológica deve ser realizada.

Nesse contexto é bom observar que o temperamento ético e até certo ponto o temperamento pessoal determinará o grau da participação ativa que pode ser benéfica à piedade interior.

Para o povo de Israel, por exemplo, a palavra meditação significava oração em voz alta, isto é, oração vocal. Como observava William no seu livro *"The Life of Jesus in the Country and Nation of Israel"*, um israelita, *se não fala, não pensa*. Para ele, a meditação consistia numa repetida murmuração de palavras e frases sagradas. Alguns povos precisam de silêncio e repouso de toda atividade externa para se interiorizarem. Até

certo ponto, isto é verdade para o irlandês, porém especialmente para algumas nações orientais. Há apenas alguns anos, um oficial de alta patente do governo da Índia visitou Washington, D.C. Segundo a tradicional cortesia da Casa Branca, o hóspede visitante foi entretido constantemente durante vários dias até o momento da despedida. Ao partir perguntou cãndidamente: *Quando achais tempo para pensar?*

As novas normas litúrgicas concedem maior poder, em muitos pontos, às autoridades eclesiásticas territoriais. Os bispos sabem o que é melhor para seu povo. Tal extensão da autoridade responde admiravelmente às necessidades de uma adaptação psicológica na Liturgia.

A formação litúrgica deve ser centralizada no *livro e no cálice*. As Sagradas Escrituras e o santo sacrifício da Missa são o remédio divino para nossa sêde da verdade e bondade infinitas; pois Cristo é nossa Verdade e nossa Vida. A Liturgia, a melhor vida cristã, é estar *em Cristo*. As Sagradas Escrituras são a mais direta e importante expressão da palavra de Deus; o ativo e inteligente cooferecimento do sacrifício da Missa com Cristo é essencialmente a melhor oração. A Liturgia oferece ambas.

A predominante preocupação ao redigir o texto da Constituição, especialmente dos capítulos dois e quatro que tratam do mistério da Eucaristia e do Ofício divino, foi precisamente tornar possível um aumento de nossa participação tanto na Liturgia da Palavra como na Liturgia da Eucaristia.

A formação para ser adequada deve ser o produto de genuínos e verdadeiros princípios pedagógicos. No caso da Liturgia, constitui uma característica fundamental o fato de ser ela uma oração pública. Isso significa que não é feita somente em nome da Igreja, mas que é realizada na maneira e com as palavras prescritas pela Igreja por uma pessoa delegada devidamente para tal.

Esse último requisito da Liturgia, a delegação, aponta a necessidade de compreender bem a missão do padre e do leigo. Este deve estar ciente de que a consagração que recebeu no batismo é uma deputação para o culto. É necessário que isso seja bem entendido e ativado para uma completa renovação litúrgica.

Do mesmo modo, tôdas as normas concernentes aos ritos e cerimônias devem ser cuidadosamente observadas a fim de a Liturgia permanecer autêntica e verdadeira. O decreto anexado à Constituição sobre a Sagrada Liturgia alude a este ponto quando o Santo Padre determina que não é lícito a ninguém pôr em prática as normas do Concílio até que tenha sido determinado o tempo e maneira de como fazê-lo. Parece haver na Igreja um número de promotores imprudentes da Liturgia que, introduzindo nela certas mudanças, a destroem.

Estreitamente relacionada a essa consideração está a chamada paraliturgia. Uma adequada avaliação da paraliturgia é possível somente se prestamos atenção às determinações recentemente feitas relativas aos elementos essenciais da Liturgia e à natureza do eterno sacerdócio de Cristo, nosso Sumo Sacerdote, e do sacerdócio participado do povo eleito de Deus,

com particular referência ao sacerdócio ministerial de cuja plenitude o bispo está investido.

O mais elevado valor da ação litúrgica é o seu aspecto social; a Liturgia é a voz e a ação da Espôsa de Cristo, exprimindo Ela publicamente seu amor e união com seu Divino Espôso; é Cristo agindo na Igreja. A ação externa, sendo a expressão do amor a Cristo e a união com Ele, deve mergulhar suas raízes nas profundezas da alma que contempla e louva com toda a capacidade que lhe é fornecida pela vida sobrenatural infusa.

A piedade litúrgica é alimentada pela piedade particular e reciprocamente. Essa mútua ação benéfica, indispensável na prática, ilumina abundantemente o horizonte da vida de oração das religiosas. Uma piedade quase que exclusivamente litúrgica poderia ser inconcebível, exceto talvez para os monges e monjas que têm diariamente Missa conventual e cantam o Ofício divino em cântico. As religiosas de vida ativa estão haurindo, cada vez mais, sua inspiração nas fontes litúrgicas, o que deve ser encorajado e solicitado se necessário. Entretanto, um simples olhar sobre a imensa contribuição da piedade particular à piedade litúrgica, particularmente no que diz respeito à composição dos textos litúrgicos, seria suficiente para convencer alguém do grande valor da piedade privada. Tesouros de poesia espiritual surgiram do coração do povo e do gênio religioso de piedosos cristãos, peritos em Teologia, ou simplesmente movidos pelo Espírito Santo e pelas comunicações privilegiadas de Cristo. O Ofício litúrgico do Santíssimo Sacramento, completamente impregnado com textos elaborados por Santo Tomás de Aquino, é um exemplo eminente. Esse ciclo criador na história da Liturgia não está encerrado, embora, hoje como sempre, esteja inteiramente sujeito à autoridade da Igreja.

Mas, não é apenas a experiência histórica que confirma a validade de uma justa medida de piedade particular. Há razões teológicas e psicológicas tão ponderosas que são decisivas. A Encíclica *Mediator Dei* é muito explícita a respeito; e também a alocução do Papa Paulo VI aos juristas italianos, a 15 de dezembro de 1963, explicou magistralmente a necessidade do silêncio para o encontro com Deus dentro do coração. Como Santo Agostinho se expressa: *Eu tenho medo que Deus passe ao lado de mim*.

Por sua vez a piedade litúrgica é uma rica fonte de inspiração e força para a piedade privada. Seja suficiente apontar brevemente alguns dos especiais frutos que a piedade litúrgica pode produzir em relação à piedade privada: garante uma segurança doutrinal e conteúdo orgânico (como o demonstra o ciclo do ano litúrgico, por exemplo); sugere postura e ações externas condignas; impõe a tudo a adequada medida e, finalmente, comunica um profundo sentido de solidariedade, domando o sempre rebelante egoísmo do homem que procura a si mesmo em vez de Deus.

A oração litúrgica evita os dois extremos excluindo da vida espiritual o individualismo ou a confiança em si próprio e, de outro lado, também o gregarismo. Conservando a pessoa humana ligada à pessoa divina de Cristo, a Liturgia presta o melhor serviço à espiritualidade.

Resumindo: nesse esboço a Liturgia foi realçada como um diálogo com Deus, não tanto da pessoa individual mas da própria Igreja, do povo eleito de Deus. A dimensão comunitária desse diálogo, que se origina da incorporação dos fiéis a Cristo, inclui tanto a proclamação da palavra de Deus como a comunhão sacramental e sacrificial com a Palavra feita carne e pão. Liturgia é Cristo falando e vivendo na Igreja. A oração litúrgica, entretanto, longe de excluir a oração privada, precisa da ajuda dela. Mas isso não significa que a adulteração da Liturgia sob qualquer forma seja encorajada ou tolerada.

Pode-se dizer que, como Maria, virgem na castidade e mãe na geração, a Liturgia para ser frutuosa deve ser pura e genuína. Temos que aprender muito de Maria. Como Mãe de Deus e da Igreja, aparece como a grande *liturgia* depois de Cristo; e, portanto, é a melhor mestra porque é Mãe. A Liturgia perpetua a celestial realidade começada por Maria na presença de Deus em nós, o Emanuel. Onde, Maria é perfeitamente qualificada para nos guiar. Como bem afirma o artigo n.º 3 da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, em Maria a Igreja vê e exalta o mais rico fruto do mistério da Redenção. Em Maria contemplamos com imensa alegria a realização daquilo que a Igreja espera obter em sua consumação escatológica.

Maria, esposa do Redentor e Mãe dos redimidos ao pé da Cruz, e a cantora jubilante dos divinos louvores ao visitar sua prima Isabel, é a maior inspiração litúrgica e o modelo mais perfeito para nossa participação litúrgica. Possa seu exemplo encorajar tôdas as religiosas a aceitarem o *livro e o cálice* como o testemunho do amor virginal e frutificação apostólica.



Deus precisa de nós. Só depois que, em algum recanto da terra, uma alma piedosa, retraída e oculta, com suas orações e sacrifícios, liberou por assim dizer a graça de vocação, merecida pelo Salvador, é que Deus pode aplicá-la em benefício do jovem adolescente... O enfermo que durante trinta e oito anos aguardava à beira do lago de Betsaida não tinha quem o ajudasse a descer nas águas que curavam. Nunca teria sarado, se o Salvador dêle não se compadecesse (Jo 5,2 ss). Um pagão não pode, por via de regra, alcançar a filiação divina sem o auxílio das orações e dos sacrifícios de alguém que viva da graça divina...

Deus precisa dos homens. Para esta ajuda a Deus são chamados e designados, antes de tudo, os religiosos e também as almas virginais que vivem no mundo. Mediante sua ilimitada consagração a Deus, tornam-se instrumentos aptos nas mãos de Deus para a salvação da humanidade. Ajudam, de maneira muito eficiente, a resgatar os homens caídos na servidão do demônio e a colocá-los sob a soberania de Deus.

Sociologia Religiosa

Para uma Sociologia da Paróquia

G. J. N. DEELEN, SS.CC.

"The intelligent Christian... will not fear the intrusion of science into the sanctuary". ("O cristão inteligente... não terá medo que a ciência seja uma intromissão no santuário").

(J. H. Fichter, S.J.)

É TENDÊNCIA do homem perscrutar suas ligações com as estruturas. Isto vale também para a estrutura social da paróquia, à qual pertence o homem religioso. Somente num passado recente, a atenção da sociologia recaiu sobre as relações sociais dentro da paróquia e da comunidade. Este interesse, da sociologia religiosa especializada, pela paróquia é possivelmente a consequência dos estudos já bastante numerosos tratando das atitudes religiosas, da frequência da igreja, da apostasia e do geral enfraquecimento da fé. Tais estudos relevaram a questão se os institutos atuais de atendimento aos fiéis estão devidamente sintonizados com a compreensão e adoção das verdades da Fé. Visto que, na presente estrutura do trabalho paroquial, unicamente a hierarquia episcopal, sob a direção do Papa, constitui uma instituição estritamente divina, a configuração da paróquia e outras formas do atendimento aos fiéis não impede, em princípio, uma consideração e crítica sociológica. Mesmo que a Igreja tenha optado por ela como por uma dimensão regional especialmente indicada na tarefa de zelar pelos fiéis, a paróquia não é de maneira alguma um fato da revelação divina. Ela é condicionada pelas mudanças e necessidades da vida comunitária. Devido a isso, se apresenta aqui a questão de uma adaptação satisfatória, cujas possibilidades também devem ser focalizadas sociologicamente. Neste contexto se indagou igualmente pela essência sociológica da paróquia.

Sociologicamente considerada, o que é a paróquia? Qual é sua influência, sua função e seu valor em relação ao fiel pessoalmente? Em re-

ferência à Igreja e à sociedade civil? Quais as conseqüências das transmutações radicais que se deram na tradicional estrutura paroquial, nas últimas décadas? A ciência de que existia uma crise contribuiu para que se iniciasse o estudo sociológico da paróquia. Nisso partiu-se da hipótese de que, se algo estiver falhando na vida religiosa, isto também deverá por parte ter sua origem no instituto antiquado que é a paróquia.

Mesmo não considerando a idéia da iminência de uma crise, restam razões suficientes para a elaboração de uma sociologia paroquial, que incontestavelmente também poderá ser de grande utilidade para um eficaz trabalho pelos fiéis. A necessidade de um planejamento dirigido, também nas atividades paroquiais, já indica a carência de um estudo sociológico das situações da paróquia. As tentativas de restaurar a convivência dos fiéis numa comunidade verdadeiramente cristã colocou a paróquia no foco do interesse por enquanto daqueles que foram encarregados do trabalho pelos fiéis. É na paróquia finalmente que a Igreja mais se aproxima dos que crêem. Ela é o órgão, pelo qual a Igreja leva aos homens os sacramentos e a palavra de Deus.

Mas ela igualmente suscitou o interesse do sociólogo, por este se ocupar com o estudo da vida em conjunto do homem, nisso prestando atenção especialmente ao caráter, à função e à estrutura de grupos, relações e processos de interação. De um lado, o sociólogo tenta averiguar como a paróquia, como instituto de atendimento espiritual, possa transformar as pessoas em fiéis e membros do Corpo Místico; do outro lado, como a participação da vida paroquial exerce sua influência sobre a orientação social do homem nos diferentes papéis que ele desempenha na sociedade civil. A isto se junta o problema até que ponto a vida no seio da humanidade e as alterações estruturais próprias da sociedade levam à adoção e organização religiosa e as impelem numa certa direção; e em que medida o instituto paroquial consegue estabelecer uma integração entre a prática da fé e estes processos sociais.

Por uma experiência, por enquanto apenas breve, ficou demonstrado que as ciências sociais podem prestar bons serviços no que diz respeito à gestão paroquial, da grande paróquia urbana. Por causa da complexidade das relações numa cidade, talvez se tenha tornado necessário consolidar a experiência diária por meio de um estudo sistemático. O sacerdote se vê colocado agora diante de problemas mais complicados e diferenciados, de dimensões maiores, e mais intrincados do que eram antigamente. O mundo mudou, e mudou profunda e definitivamente.

O bom senso e o conhecimento do caráter humano são importantes, mas devem ser sustentados agora por um exame e esclarecimentos sociológicos. Isto certamente conta para o trabalho pelos fiéis das paróquias urbanas, que estão enquadrados numa sociedade tão dinâmica, quanto o mundo nunca antes viveu.

Os membros da paróquia são ao mesmo tempo membros da sociedade, e entre as suas atuações religiosas e as profanas ocorre uma influência recíproca enorme. Mesmo o mais santo, o mais sábio e o mais apto dos

sacerdotes necessitará de ajuda para compreender e entender esta sociedade. Os líderes da vida econômica organizada, os dirigentes dos sindicatos e outros se dirigem cada vez mais aos sociólogos para pedir auxílio. Os sacerdotes desempenham uma função muito mais elevada, mas na mesma sociedade. Seria dar prova de um certo desprezo por um instrumento normal de ajuda no trabalho pelos fiéis, se os sacerdotes recusassem como sendo inutilizáveis em suas tarefas as investigações sociais na paróquia ou no campo religioso. Aquêles que constantemente vivem no seio de um grupo social, sejam eles empregadores ou párocos, em geral não são capazes de chegar a uma plena compreensão da importância das transformações sociais em seu redor. Em regra eles não possuem a devida formação, nem bastante objetividade e possibilidade para fazer um estudo social. É por isso que em nossos dias o investigador social formado é tão freqüentemente consultado para fornecer às pessoas da prática diária um como que "espelho". Nisto, o próprio sociólogo deverá estar profundamente ciente de que suas considerações e conclusões não serão as únicas, nem as últimas, nem mesmo as mais importantes. A sociologia da paróquia não pode restringir seu interesse somente ao pequeno mundo próprio da paróquia por causa da interferência contínua existente entre esta e o mundo exterior que a rodeia. O sociólogo está sempre interessado na influência mútua e na interação dos fenômenos sociais. Portanto, as maneiras de apresentar os problemas deverão se relacionar tanto com a coerência entre paróquia e sociedade e vice-versa, quanto com a problemática mais independente da paróquia.

Subsídios literários

Se bem que a sociologia da paróquia ainda se encontre num estágio primordial de sua evolução, já foram aglomerados os primeiros elementos por umas tantas monografias paroquiais e estudos sócio-religiosos sobre cidades e dioceses. Nos mais importantes destes estudos, como os de Fichter, Pin, Ward, Blöchlinger, Boulard e outros, estão contidos dados para uma construção sistemática de uma sociologia paroquial (1). É uma pena que a série de dissertações americanas, sob redação de C. J. Nuesse & Th.

-
- (1) J.H. FICHTER — *Dynamics of a city church*, Vol. I of Southern Parish, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1951; E. PIN — *Pratique religieuse et classes sociales*, Spes, Paris, 1956; E. PIN — *La paroisse catholique (les formes variables d'un système social)* édition provisoire, Roma, 1963; Número especial de *La Maison de Dieu*, n.º 57, 1959 (*Le problème des trop petites paroisses*); F. HOUTART — *Les paroisses de Bruxelles, 1803-1951*, Louvain, 1953; M. QUOIST — *La ville et l'homme (étude sociologique d'un secteur prolétarien de Rouen)*, ed. Ouvrières, Paris, 1952; F. BOULARD — *L'étude d'une paroisse rurale*, Paris, 1951; A. BLÖCHLINGER — *Die heutige Pfarrei als Gemeinschaft*, Verlag Benziger, Köln, 1963; J. CHÉLINI — *Génèse et évolution d'une paroisse suburbaine*, Marseille, 1953; Y. DANIEL — *L'équipement paroiss-*

J. Harte, que têm por nome "The sociology of the parish" (Milwaukee, Bruce Publ. Co. 1951) tenha saído menos sociológica e mais teológica, histórica e canônica. A melhor contribuição neste sentido é a de J. D. Donovan: "The social structure of the parish" (pp. 75-99). Embora, na caracterização de seus paroquianos, ele empregue elementos subjetivos em excesso, a sua análise estrutural é sem dúvida muito valiosa. Na leitura destes textos não podemos afastar a impressão de que os seus autores quiseram observar a paróquia de suas mesas de estudo, sem ter contato com a realidade da vida paroquial. Não uniram satisfatoriamente a teoria com a investigação prática. Da mão de Norbert Greinacher conhecemos o livro "Soziologie der Pfarrei" (Freiburg in Br., 1955) com um prefácio de Gabriël Le Bras. Greinacher escreveu sua obra a serviço do trabalho de zelo pelas almas, e, depois da discussão dos problemas acarretados pela sociologia paroquial, ele dispensa muita atenção aos métodos científicos da investigação paroquial. O programa de trabalho que ele elabora para esse fim é certamente capaz de alcançar seu objetivo, isto é, o da desobstrução do caminho a seguir pelo sacerdote na propagação da mensagem de Cristo aos homens de nossos dias. Não é por nada que ele denomina a "sua sociologia" de "Criada e pioneira da Graça divina". A obra de G. Michonneau "Paroisse communauté missionnaire" (ed. du Cerf, Paris, 1945) que, segundo o prefácio do Cardeal Suhard, contém conclusões de cinco anos de experiência no seio do povo, não nos pode satisfazer inteiramente, já que Michonneau parte insuficientemente de conceitos sócio-científicos. O dito autor possui concepções demasiadamente simples e errôneas sobre a comunidade paroquial. O melhor trabalho que já apareceu neste campo provém de Jos. H. Fichter, S.J. Originalmente publicado como seqüência de artigos na "Theological Studies", apareceu em 1954 em forma de livro, tendo como título "Social relations in the urban parish" (The Univ. of Chicago Press.) (2). De fato Fichter reuniu os conhecimentos sócio-científicos com a pesquisa prática. Os resultados de suas investigações paroquiais ele os depositou sobretudo em seu "Southern Parish", Vol. I. Em todo o livro não deixa ele de falar em termos sociológicos, e aplica-os na estrutura da paróquia: *the parish membership, leadership, parish-life, religious behaviour, roles, relations* etc. Fichter demonstra neste estudo importante que os princípios das ciências sociais podem ser de grande valor para o funcionamento efetivo tanto dos grupos reli-

sial d'un diocèse urbain, ed. coll. de soc. rel., Paris, 1957; Y. DANIEL — Aspects de la Pratique religieuse à Paris, les ed. Ouvrières, 1962; J. D. DONOVAN — "The social structure of the parish", em Harte and Neusse, *The sociology of the parish*, Bruce Publ. Milwaukee, 1951; J. B. GRIMILLION — *The journal of a southern Pastor*, Publ. Ass. Chicago, 1957; L. GROS — *La pratique religieuse dans le Diocèse de Marseille*, les ed. Ouvrières, Paris, 1953.

(2) Desta obra foi editada em 1957 uma tradução alemã, pela Editora Herder, em Freiburg, e que tem por título *Die gesellschaftliche Struktur der Städtischen Pfarrei*.

giosos quanto dos profanos. Um estudo excelente e bem recente é o de Alex Blöchlinger "Die häutige Pfarrei als Gesellschaft" (A paróquia atual como comunidade), Colônia, 1963. Em sua obra ele procura ligar as novas implicações sociológicas em relação à paróquia com as últimas aquisições no campo da teologia, da pastoral e da liturgia. Não destinou o seu livro aos sociólogos propriamente ditos mas aos sacerdotes que querem se inteirar da estrutura sociológica e das renovações teológicas da paróquia. Blöchlinger quer de uma maneira clara e bem exposta proporcionar uma síntese de todas as matérias-primas que podem contribuir na reconstrução da paróquia por todos seus membros, em uma comunidade apostólica. O número de manuais sócio-científicos que visam chegar a um melhor método de pesquisas na paróquia também aumenta continuamente. Aqui nós gostaríamos de citar somente alguns (3).

No que agora segue queremos tocar em alguns problemas relacionados com a evolução ulterior da sociologia da paróquia.

Influência que as mudanças urbanas têm sobre a disposição religiosa dos paroquianos

A influência que emana da situação mudada nas metrópoles sobre a vida religiosa dos paroquianos é um fenômeno que, em nossos dias, deve ser sujeito a um sério exame sociológico. As transformações que foram sofridas pelas grandes cidades são múltiplas em suas naturezas e importâncias. Uma das alterações concerne certamente ao afeto pelos ensinamentos da Igreja e a vivência da religião dentro da paróquia. Mais distintamente do que no campo, pode-se observar na cidade uma linha de separação entre a atitude mais religiosa da geração mais velha e os diferentes graus de indiferença dos mais jovens e dos imigrantes. Pode-se constatar um claro retrocesso na frequência das igrejas. Muitas práticas religiosas são sem mais nem menos consideradas fora do tempo. A religião aparece cada vez menos integrada na vida pessoal dos paroquianos da cidade grande. A relação entre cura e paroquianos torna-se menos espontânea e cada vez mais funcional.

As pessoas querem se ver livres da influência dos padres. Se o sacerdote, hoje em dia, veio a ser um personagem solitário, isto sem dúvida alguma é ainda mais válido para um padre da cidade. Nem em todo lugar esta situação se apresenta igualmente grave, mas certamente tende ela para os fenômenos acima descritos. Será que esta transformação se deve à plu-

(3) *Comment réaliser un recensement d'assistance à la messe dominical*, ed. Fleurus, Paris, 1960; B. HAERING — *Macht und Ohnmacht der Religion*, Verlag Otto Müller, Salzburg, 1956; NOBERT GREINACHER — *Soziologie der Pfarrei (Wege zur Untersuchung)*, Verlag Alsatia, Freiburg, 1955; F. BOULARD — *Premiers itinéraires en sociologie religieuse*, 1954; ALFONSO GREGORY — *Para melhor conhecer a paróquia*, n.º 2, CERIS, Rio de Janeiro, 1964.

ralidade de escalas de valores que se pode registrar pela grande cidade inteira e não menos nos bairros novos, apesar da mobilidade possível? Não é imaginária a possibilidade de que os imigrantes do campo e as pessoas de menos idade não possuam a idoneidade para uma tomada de posição pessoal no meio da multiplicidade de modos de viver e de encarar a religião. A condição familiar e habitacional na metrópole nem sempre é propícia para uma influência positiva da Igreja e da paróquia. Além disso, desapareceu muitas vezes nos agregados habitacionais anônimos o controle social sobre o comportamento religioso, até tal ponto mesmo que quase não se pode falar de um desvio negativo neste terreno. As múltiplas e profundas transformações sociais que se produziram na cidade grande deverão ser sujeitas a um estudo especial para conseguir constatar até que ponto elas possuem um efeito de secularização sobre a vida dos paroquianos. Não constitui tarefa fácil tornar verdadeira a hipótese de que o catolicismo urbano, sem dúvida alguma, seria diferente, mas não pior que antigamente. A principal dificuldade neste trabalho está na escolha dos critérios científicos pelos quais se decidirá o que é “melhor” e o que é “pior”. Não é suficiente comparar uns com os outros os dados centrais da observância católica, que podem ser expressos em algarismos e tabelas.

A Igreja e a comunidade social

A Igreja como órgão de poder em relação à comunidade maior é um segundo item que necessita de ulterior elaboração. Hoje em dia, muitos se sentem entravados em sua liberdade por uma burocratização, aplicada ampla e rigorosamente, e institucionalização da sociedade. Tem-se a idéia de estar ameaçado, de que tudo que está por cima do indivíduo obrigatoriamente pertence ao “autre côté de la barrière”, não possuindo-se capacidades para enfrentá-lo. Quando se imagina a Igreja como órgão de poder, se a sente antes como uma pressão do que como uma mãe preocupada. Neste caso se experimenta a Igreja como um instrumento técnico e social, que abusa de sua organização internacional e que como tal constitui uma potência na sociedade. A paróquia nesta concepção não é nada mais do que um posto avançado para fazer valer o poder conquistado. Os sacerdotes devem oprimir os fiéis, confrontando-os com o seu estado de pecador. Alguns vêem a aspiração ao poder da Igreja situada principalmente na sua concepção humana, a saber, na doutrina eclesiástica que dá ao homem uma natureza caída. Outros porém vêem este poder na atitude da Igreja no campo da política, dos sindicatos, do ensino, da imprensa, das estruturas sociais etc... Uma idéia tão mirrada da Igreja não a faz muito atraente e priva a paróquia de sua força de comunidade de referência. Por enquanto, a influência dos sacerdotes e dos leigos católicos sobre as instituições profanas é bem pouco relevante, bem assim a maneira como e a razão pela qual os católicos se unem em um determinado grupo de pressão para alcançar um propósito, que se acha somente no campo pré-religioso. Todavia não possuímos bastantes conhecimentos sistemáticos da amplidão na qual

o padre e o leigo colaboram, dentro da paróquia, para as reformas sociais, desenvolvem suas atividades nos partidos políticos e querem influenciar a moral no mundo dos negócios.

O investigador social deverá sempre distinguir cuidadosamente entre o comportamento puramente religioso e os procedimentos mais profanos que têm como finalidade a criação, na sociedade, de um clima pré-evangélico. Na medida que a Igreja conseguir combater a secularização, ela exercerá grande influxo sobre a sociedade e para um fim que se encontra claramente dentro de sua competência.

Integração social e livre escolha religiosa

A cada um deve ser concedida plena liberdade na escolha da verdade e na adoção desta. Ninguém por conseguinte pode ser obrigado a aceitar a religião católica contra sua vontade. Isto não impede que a Igreja sempre e necessariamente ensinará que só existe uma única verdade religiosa objetiva e que a sua veladora, por Deus instituída, é a Igreja e que todas as outras confissões e seitas, até certo ponto, enfermam no erro. Será que, quanto à integração social, a unidade seria atingida melhor, baseada numa completa concordância na doutrina e na prática, como a encontramos dentro da Igreja Católica, ou fundada na liberdade individual, de procurar, cada um por si mesmo, o caminho que leva a Deus?

Estudos antropológicos sobre diferentes comunidades e grupos levam à conclusão de que geralmente as relações sociais integradas se efetuam quando existe uma consonância relativamente grande no que se refere à convicção moral e religiosa. O fator social integrante da religião é geralmente reconhecido pelos sociólogos. Mesmo assim, é muito bem possível que a integração social e a solidariedade mais se apoiem em "secular ideologies" do que em "common religious beliefs". Neste sentido, J. H. Fichter, S.J., aponta para a relação dos católicos brancos e pretos nas paróquias nacionais dos Estados Unidos. Os primeiros antes se associariam aos protestantes do que aos correligionários negros. O professor Nowlan, S.J., em um estudo sintético sobre "The picture of the Catholic", indica um dado da mesma espécie. Aqui ele cita que 4,5% dos alunos de uma High School católica em New England se negam a receber a Eucaristia das mãos de um sacerdote de cor escura; e 28% dos alunos de St.-Louis College tinham a opinião de que um correligionário preto por natureza era inferior ao branco.

Os católicos formam uma unidade somente naqueles pontos em que as questões de fé e de moral exercem uma primazia, como por exemplo nos problemas concernentes ao controle artificial da natalidade, ao divórcio, à eutanásia, à esterilização, ao aborto etc. A uniformidade no pensar e agir, assim como a solidariedade como base para a integração social, diminui logo que se trate de assunto em que religião e moralidade influem menos claramente, como por exemplo na censura cinematográfica, no ma-

trimônio misto etc. (4). Muito ilustrativa é uma parte do estudo de Emile Pin, S.J., sobre a paróquia de Saint Pothin em Lyon. A heterodoxos pediram suas opiniões que tinham dos católicos. Na ordem de frequência foram pronunciados os seguintes pareceres :

- 1) não são melhores;
- 2) atuam contra os outros;
- 3) não são fiéis ao Evangelho;
- 4) são sectários, estreitos;
- 5) são ligados a uma política;
- 6) são presunçosos, fariseus;
- 7) eles se censuram reciprocamente;
- 8) são divididos;
- 9) vêem principalmente o mal;
- 10) são retrógrados;
- 11) possuem um horizonte limitado;
- 12) fazem-se um grupo à parte;
- 13) não se interessam pela política;
- 14) são pueris sem espírito de decisão (5).

Os valores tradicionais religiosos possuirão geralmente maior força integrante que os valores profanos das comunidades locais. Quando isto não mais fôr o caso, o processo de secularização já se iniciou. Além das pesquisas científicas neste campo poder-se-á averiguar exatamente a função de ambas as esferas de valores em relação à integração social.

Fôrça social que emana dos sacramentos e da liturgia

O efeito da Graça divina nos sacramentos produz uma unidade social na ordem ontológica. O batismo introduz o fiel no Corpo Místico; a Eucaristia, o sacramento de Amor, une-o intimamente com Deus e com o seu próximo. A liturgia transmite uma força unificadora na proporção em que ela estabelecer, no culto e na oração coletiva, uma participação social dos fiéis. O efeito social dos sacramentos e da liturgia foi amplamente discutido. A graça de Deus associa os fiéis num plano espiritual, e isto deve levá-los a mais e melhores relações sociais. Este ensinamento foi pregado como sendo motivo coativo para a melhora da convivência social entre católicos. Mas a sociologia atende a um nível mais baixo, a sua missão é perquirir o terreno secular e mensurável. O sociólogo católico admite que o comportamento social externo que ele observa possa ser influenciado pela graça sacramental e pela liturgia, mas ele terá de convir imediatamente que não pode medir o efeito da graça. Na situação concreta, o sociólogo

(4) Cf. E.H. NOWLARD — *Lumen Vitae*, Vol. XXII, n.º 2, 1957, pp. 284-295.

(5) E. PIN — *op.cit.*, pp. 288-289.

aqui se encontra muitas vezes diante de uma tarefa penosa. Constatando que em uma paróquia se traça um limite nítido entre ricos e pobres, entre pretos e brancos, entre instruídos e não-instruídos etc., éle perguntar-se-á, com toda razão, onde estaria a ação social e externamente visível dos sacramentos e da liturgia. O sociólogo não espera milagres e sempre distinguirá conscienciosamente entre aquilo que de fato existe e o que deveria ser, mas éle ainda assim dá atenção à sabedoria do dito bíblico: "pelos frutos vós reconhecer-los-eis". Embora a doutrina religiosa e a adoção das verdades da fé possam ter conseqüências sociais, nem sempre é certo que estas também transpareçam exteriormente na conduta social dos paroquianos.

Motivação do comportamento religioso

A análise das motivações é certamente um dos campos mais difíceis em que a psicologia social e o sociólogo podem atuar. Alguns americanos tentaram, com dificuldade, patentear as motivações de pessoas que pertenciam a um grupo pequeno. A maioria de seus métodos, porém, dificilmente será aplicável à paróquia. Os mais úteis possivelmente ainda são as sondagens da opinião pública, nas quais o investigador deve levar em conta o fato de que a maior parte dos fiéis se fará mais católica do que na realidade o é. O procedimento idêntico de dois paroquianos pode resultar de razões, conscientes ou inconscientes, completamente diferentes. As raízes das motivações no agir humano são multiformes e entrelaçadas. Sobre isto J. H. Fichter, S.J., observa: *O povo assiste à missa, recebe os sacramentos e participa das atividades paroquiais por muitas e variadas razões. Eles podem ter erigido um esquema de hábitos mais por imitação do que por convicção. A aspiração ao prestígio social pode ajudar ou obstruir sua conduta religiosa, dependendo da pressão cultural da comunidade. Outrossim, os seus motivos podem variar de um tempo para outro, de uma situação para outra, e percorrer a gama desde o amor ao d'vino até o hábito convencional e mesmo o proveito pessoal* (6).

Se estabelecêssemos uma jerarquia de motivações, o amor a Deus, sem dúvida alguma, ocuparia o primeiro lugar. Quando o sociólogo observa o comportamento religioso aparente de paroquianos, éle deve sair da premissa de que esta conduta de uma ou outra forma é motivada pelo amor divino. Este ponto de partida, no entanto, não é averiguável cientificamente, já que justamente o fator principal não é mensurável. Permanecerá sempre muito difícil evidenciar as causas do procedimento religioso. Em primeiro lugar, porque o fiel não está sempre côncio das razões diversas que o levam a uma certa conduta. Além disso, nós ainda não dispomos de suficientes conhecimentos exatos concernentes à influência das motivações puramente naturais sobre o comportamento religioso. Em seu estu-

(6) J. H. FICHTER — *Social relations in the urban Parish, Chicago*, the University of Chicago Press, p. 210.

do já citado anteriormente, Emile Pin, S.J., fez uma tímida tentativa a fim de conseguir saber um pouco mais sobre as motivações relativas à assistência da missa dominical obrigatória (pp. 306-316).

Foram levantadas as seguintes questões: — Os cristãos que conhece vêm à missa:

- a) com a única preocupação de fazer o que devem?
- b) procuram eles unir-se ao sacrifício de Cristo?
- c) gostam eles de aí encontrar os seus irmãos?

Embora aqui se pergunte pelo motivo de outros, mais de 42% dos indagados não deram resposta ou deram a entender que estas perguntas não nos dizem respeito: *Eu não me ocupo daquilo que os outros fazem; já chega a preocupação que se tem consigo mesmo, e a vida particular e religiosa do meu próximo não é de minha conta; isto é uma questão pessoal entre Deus e eles* (p. 306). Aqui os interrogados, eles mesmos, estabeleceram aparentemente um limite à investigação. Dos dados daqueles que responderam se destacaram uns cinco motivos. Por 53% foi alegado como razão o dever. Eles consideram a frequência da missa aos domingos como uma obrigação estritamente individual, à qual os fiéis são compelidos sob pena de pecado mortal. Por 19% foi dado como motivo a vontade de querer unir-se ao sacrifício de Cristo. Por 15% foi dado como causa predominante o encontro de seus próximos. Para uma grande parte este motivo social estava presente sem que o mesmo fôsse dominante ou estivesse ligado ao próprio templo, muito menos à assistência da missa. Um quarto grupo de apenas 8% apresentou como razão rotina, hábito e pressão. Uma pequena quantidade de pessoas de 5% deu como causa amparo espiritual e consolação. Disso não se poderia concluir que pessoas que não citam este motivo não experimentariam um apoio espiritual, quando assistem à missa aos domingos. No mais, esta razão não representa uma grandeza tão estável quanto por exemplo a rotina e o hábito. Ela pode, isso sim, ser motivo preponderante ora para este ora para aquele.

As motivações, por Pin apuradas, são certamente importantes, mas o conjunto ainda sofre de uma espécie de simplificação. Fazendo as já indicadas perguntas singelas, ele não conseguiu chegar até à rede complicada, na qual inúmeras motivações religiosas, profanas, afetivas e efetivas, consciente e inconscientemente, se entrecem. Além disso é possível que a imagem de Pin não corresponda à realidade, porque foi perguntado aos paroquianos o que eles pensavam dos motivos de outros. É indiscutível a tendência de julgar desfavoravelmente a atitude e a conduta dos outros.

O estudo da reforma estrutural da paróquia urbana

Este é um ponto que implica um exame mais detalhado dentro da paróquia. Agora que a sociedade ocidental está passando por uma reforma de estruturas, na qual inumeráveis tradições são desfeitas, apresenta-se-nos com toda a crueza a pergunta se a constituição da paróquia ainda deverá permanecer a mesma. Principalmente nas grandes cidades da Amé-

rica Latina, onde as paróquias assumiram proporções monstruosas de 50 000 ou mais membros, pode-se indagar se a paróquia em sua forma atual aqui ainda constitui a instituição acertada para o trabalho normal pelos fiéis (7). Não é só a urbanização, pela qual as grandes paróquias se desenvolveram numa massa amontoada de pessoas sem vínculo social, mas também a industrialização com ela relacionada, que modificou os papéis sociais na sociedade. Aqui o investigador social deverá agir com circunspeção. A presente estrutura paroquial sabemos que foi prescrita pelo Concílio de Trento e oficialmente fixada na legislação eclesiástica. Além disso, esta estrutura não pode ser mudada a não ser pela autoridade suprema da Igreja. Nós sabemos que as grandes paróquias urbanas consistem unicamente em sistemas sociais secundários, o que fez diminuir a influência da Igreja. Tem ela culpa da comunidade social ter-se transformado numa sociedade organizada dentro e fora dos grupos religiosos? — Uma pergunta difícil de ser respondida! Fichter atribui estas transmutações a um influxo mútuo e persistente de relações, estruturas e esquemas de conduta sociais: *A grande paróquia na metrópole é agora uma estrutura complexa, secundária, um sistema social. Isto não é necessariamente a falta da Igreja, ou o erro do povo ou dos sacerdotes; talvez nem chegue forçosamente a ser um "erro". A relação social e a estrutura de uma paróquia não podem existir completamente separadas, e diferentes, das relações sociais e da estrutura de uma sociedade na qual ela tem a sua existência. Os costumes, os quadros de conduta, mesmo os hábitos de uma, que se alteram, afetam os da outra* (8). Quando o dispositivo da Igreja, que zela pelos fiéis e que se desenvolveu historicamente, se deformou de tal maneira que chegou a impedir a divulgação do Evangelho, a situação se tornou certamente muito lamentável. Isto seria a mesma coisa que a Igreja renegar a sua incumbência. Teria, no decorrer dos anos, o elemento humano organizador, asfixiado na Igreja o caráter divino-doutrinário? — Seria dar prova de um pessimismo demasiado pensar isto. Para o sociólogo, a questão não é outra senão esta: investigar se porventura seria desejável que na sociedade hodierna, excepcional na história universal, também fôsse exigida uma estrutura excepcional de institutos religiosos. Os resultados que forem encontrados, a Igreja poderá usá-los para introduzir suspiradas alterações.

Tanto na América do Norte quanto na Europa, em certos lugares, estão sendo feitas experiências com grupos pequenos, que se reúnem, voluntariamente, em torno de uma pequena capela. Resultou dos ensaios americanos que a posição social alcançada na sociedade ocupa nisto um papel relevante. Há pesquisadores que tudo esperam de pequenas ou pequeníssimas paróquias onde seja possível a existência de relações pessoais e de

(7) FR. HOUTART — *Les conditions sociales et la Pastorale dans les grandes villes de l'Amérique Latine*, em "Social Compass" n.º 5, 1958, pp. 193-195.

(8) J.H. FICHTER, S.J., *op.cit.*, p. 240.

face-a-face entre os paroquianos. Neste caso, essa relação é posta como condição para poder-se praticar o Cristianismo. Uma conclusão semelhante é tirada pelo pesquisador sócio-psicológico I. Rosier de suas experiências européias. Em conversações que teve com sacerdotes em Roma, êle salientou o seguinte: *O principal mandamento do Cristianismo é a caridade. O amor a Deus e o amor ao próximo... Me parece porém que a caridade é uma ficção, quando dentro da amplitude universal não possuímos pequenas comunidades onde a caridade também seja "sentida". Poder-se-ia conseguir reunir, em suas próprias casas, um grupo em volta de si. Nas pequenas comunidades que disto resultariam, a vida e a pessoa de Cristo poderiam se tornar uma viva realidade. As reuniões poderiam ser realizadas nos lugares mais indicados e deveriam ser destinadas a todas as classes sociais de um determinado bairro* (9).

— Certamente será necessário voltar a uma divisão paroquial que também seja sociologicamente justificável. Aí a paróquia não poderá exceder de quatro a cinco mil membros. A pequeníssima paróquia, como comunidade de caridade, possivelmente não representará a solução indicada para a nossa era. As pessoas que são a favor desta, pensam ter de reintroduzir as condições da Igreja primitiva. Não devemos no entanto querer transplantar para os nossos dias o romantismo cristão dos primeiros tempos. Por terem sido fundadas geralmente em comunidades agrícolas e grupos dissipados por causa da diáspora, as estruturas na Igreja primitiva dificilmente podem ser implantadas na metrópole, que rapidamente muda de população. Também estão sendo feitas tentativas a fim de se chegar a uma *paroisse missionnaire* reestruturada jurídica e organicamente e não mais uma paróquia que se dirige unicamente àqueles que cumprem com as suas obrigações religiosas (10). Com isso, a paróquia é transformada numa comunidade apostólica e missionária. Deseja-se, principalmente pela integração de leigos, endereçar, sistematicamente e com uma programação bem elaborada, o trabalho de paróquia aos que vivem fora do meio paroquial. Por êste caminho se espera ocasionar uma reforma interna da paróquia, pois desta maneira ela rompe o seu retraimento.

Valôres a aproveitar na pesquisa paroquial

Um último ponto que merece especial cuidado é uma questão de ordem metodológica que trata dos valores que desempenham um papel importante na pesquisa paroquial. O pesquisador social deverá confrontar o esquema de conduta normativo e ideal, que nos propõe a Igreja, com o comportamento concreto dos fiéis. A função central da paróquia como sis-

(9) I. ROSIER, O. Carm. — A procura da ausência de Deus, em "Social Compass", 3, 1956, pp. 140-141.

(10) Cf. G. MICHONNEAU — *Paroisse communauté missionnaire*, Ed. du Cerf, Paris, 1945.

tema social é religioso se manifesta exteriormente na observância religiosa dos fiéis. Todavia, esta comprovação elementar não tem sentido, se não soubermos o que as funções religiosas de uma paróquia tencionam ser. O estudo científico das funções paroquiais é necessário a fim de possibilitar uma comparação entre aquilo que é e aquilo que deveria ser. Aqui se apresenta a questão das normas que o pesquisador deverá aplicar. O sociólogo, no exame do procedimento atual dos paroquianos, não toma conhecimento, em primeira instância, da ideologia sobrenatural da Igreja. Os esquemas ideais de conduta da Igreja estão fixados e elaborados nas doutrinas eclesásticas, e estas ele, sociólogo, terá de estudar isoladamente. O comportamento efetivo dos paroquianos, no entanto, somente poderá ser estudado por meio da observação livre e metódica.

Possa evidenciar-se dos pontos acima descritos que as ciências sociais, e em particular a sociologia, são capazes de fornecer importante colaboração para uma melhor compreensão da paróquia, de sua estrutura, influência e função.

O estudo sociológico da paróquia é um empreendimento vital, importante para a própria Igreja e para a sociedade em que ela se situa. Esta conclusão se origina das premissas que o conhecimento dos fatos objetivos é essencial para o funcionamento adequado e eficaz de qualquer grupo social. Quando este conhecimento pode ser obtido e analisado por meio de técnicas sociológicas, a Igreja nestas possui um poderoso instrumento a serviço de seu progresso interior e exterior. O planejamento de novas experiências, de novas formas, de maiores progressos, não poderá ser esboçado sem os devidos conhecimentos preliminares do presente estado de coisas. O fato de o Espírito Santo assistir incessantemente à Igreja e os sacramentos concederem graça sobrenatural não estabelece uma garantia para um retilíneo e contínuo avanço social e espiritual. Também são humanos os institutos religiosos e por isso sujeitos ao movimento ondulatório causado pelo conjunto de ações do homem e por pressão social. É a própria Providência que nos incita a utilizar todos os recursos humanos a serviço da paróquia e do trabalho pelos fiéis. Também na atividade paroquial devemos primeiro calcular, antes de iniciar a construção da torre ou antes de ir ao encontro do exército do inimigo que talvez avance em nossa direção, muito mais poderoso que suspeitávamos. Quem não conjecturar ou investigar com antecipação corre o perigo de não poder concluir a construção ou de perder a luta. Deus espera de nós que empreguemos o nosso espírito, os nossos talentos, conhecimentos e nossas aptidões na formulação de planos e em sua execução. Assim, cada estudo sociológico da paróquia também representa um instrumento nas mãos de sacerdotes e de leigos assíduos, contribuindo para uma melhor compreensão e funcionamento desta.

Experiência em Nisia Floresta

G. F.

CIRCULA entre os periódicos católicos, temperada com algo de sensacional para atrair mais a atenção, a notícia sobre três irmãs brasileiras que tomaram a si o encargo de uma paróquia sem padre. À frente, a superiora, "vigário paroquial com todos os poderes previstos pelo Direito Canônico". Para estimular ainda mais a atenção, concorre o título da notícia: *A Experiência em Nisia Floresta*. É este (Nisia) o nome de uma escritora conhecida pelos estudiosos da literatura brasileira cuja figura, entretanto, não vem ao caso na experiência em questão. Morta no século passado, os conterrâneos quiseram recentemente que o nome dela substituisse a pomposa mas, na realidade, pouco atraente denominação que adornava a pobre povoação rural: Vila Imperial de Papari!

Para podermos saber algo mais sobre a tal experimentação em Nisia Floresta, seria necessário compulsar um volumoso planejamento, denominado "Pastoral de Conjunto", porque foi o produto conjunto de sacerdotes dos dois cleros, de irmãs e de leigos. O Bispo não assinou senão a página de introdução, a 11 de maio passado. Trata-se, pois, de um documento que encerra toda uma recente novidade e fornece dados de primeira mão e, o que é mais importante, dados seguros. O exame do plano de trabalho, singular no gênero, tomaria muito tempo; a experiência em questão não ocupa senão quatro das cem páginas. Todavia, carece ao menos declarar que isso faz parte — e não apenas uma pequena parte como veremos — de uma experiência e programa muito mais vastos que abarcam toda a arquidiocese de Natal à qual pertence justamente a paróquia de Nisia Floresta.

Natal, cidade com 95 000 habitantes, no Atlântico Sul e ao Norte de Recife, é a capital do Estado do Rio Grande do Norte. A arquidiocese conta 600 000 fiéis distribuídos em 32 paróquias servidas por 67 sacerdotes entre seculares e religiosos. Cada um tem, portanto, a cura de 10 000 almas na média; mas devemos levar em conta que o ministério é onerado com 360 escolas católicas com 13 000 alunos.

A experiência em Nísia, como a de Itaipu, é apenas um aspecto do "Movimento de Natal", uma iniciativa complexa para uma renovação integral cristã que encerra dois setores: o pastoral, com renovação catequética, litúrgica e vocacional; o social, abrangendo o ensino escolar, o sindicalismo cristão, o artesanato, a agricultura. O "Movimento de Natal" compreendendo um milheiro de escolas radiofônicas, as Faculdades de Economia e Comércio e de Assistência Social, os sindicatos rurais, a Sociedade de Assistência Rural para a formação de líderes rurais e dirigentes de cooperativas, dois semanários, sendo um para a cidade e o outro para o campo, tudo sob a chefia de S. Ex.^a Dom Eugênio Sales, Administrador Apostólico de Natal, o qual quer que tudo seja inspirado nas encíclicas sociais, especialmente na *Mater et Magistra*.

Os numerosos prelados que não só do Brasil mas também de toda a América Latina têm visitado Natal nestes últimos tempos ficaram impressionados pelo extraordinário fervor de iniciativas e tiveram a impressão da presença vital da Igreja em todos os setores, com uma colaboração tão vasta e intensa dos fiéis, o que deve ser considerado como demonstração prática do que pode ser o apostolado dos leigos. Entre as agradáveis surpresas, os que visitam a paróquia rural de Potengi admiram comovidos a comunidade inteira dos fiéis responder perfeitamente em latim ao celebrante: é uma lição autêntica de um povo simples mas bem formado, num tempo de crise da língua da Igreja. E um notável estudioso e publicista, após uma visita ao Brasil, escrevia: *Em confronto com essa efervescência pastoral, os países da velha Europa e da América do Norte me dão a impressão de se estagnarem.*

Nesse clima e ambiente originou-se a experiência com Nísia Floresta, paróquia de 10 000 almas, das quais 1 200 residem no centro e as restantes numa vastíssima região tropical com o cultivo da mandioca, banana, côco, cana de açúcar, tomate e feijão. Nísia fica a 43 quilômetros de Natal. Numa época sem sacerdote nela residente foi escolhida para a experimentação; a imprensa católica interessou-se com curiosidade e simpatia. O jovem e ativo Administrador Apostólico, na impossibilidade de atender a algumas paróquias vacantes e, com a perspectiva de esperar ainda vários anos antes que a campanha pelas vocações desse seus frutos desejados, considerou como remédio urgente subtrair algumas irmãs de obras menos essenciais à vida da Igreja para destiná-las a uma ação supletiva imediata para todas aquelas atividades não especificamente sacerdotais. Para esse fim escolheu um instituto religioso brasileiro, relativamente novo, as Missionárias de Jesus Crucificado, fundado em Campinas em 1928 e que tem tomado um excepcional desenvolvimento, contando já com mais de duas mil religiosas professoras. O Instituto atraiu depressa a atenção do clero pela atualidade de seus métodos de apostolado particularmente adaptados ao Brasil; donde, sem dúvida, a razão do seu rápido desenvolvimento. Preparadas sobretudo para a ação social, estas irmãs eram pois indicadas para a experiência de Nísia Floresta, e quatro delas empenharam-se com entusiasmo.

O primeiro sacrifício foi a renúncia à comunhão cotidiana, e o primeiro trabalho, um levantamento paroquial para se darem a conhecer e para conhecerem as necessidades das famílias. Rodeadas logo pela simpatia geral, viram a população providenciar a tudo, como residência, mobília e mil pequenas coisas para a vida cotidiana: arroz, feijão, frutas, legumes, leite, ovos. Tudo em gêneros. O dia tem como pontos básicos duas reuniões gerais na igreja paroquial com horas marcadas. Devemos levar em conta que somos vizinhos do Equador onde o sol nasce e se põe na mesma hora o ano todo. Pela manhã, pois, oração em comum, na hora que seria da missa. À tarde, após a oração, uma breve instrução catequética. Assim, todos os dias do ano. Em seguida, formação de coroinhas, economia doméstica para môças, preparação para os santos sacramentos, curso especial para noivos. As irmãs têm, naturalmente, o arquivo paroquial e adestram também nesse sentido duas senhoritas, futuras secretárias paroquias. Além disso tudo, cuidam do dispensário, da assistência aos agonizantes com a oração ritual oportunamente adaptada, do batismo de emergência. Formaram, enfim, um conselho paroquial que administra a paróquia e dêle fazem parte as próprias irmãs, alguns leigos e, naturalmente, o pároco que reside com outros encargos em Natal visitando Nísia Floresta semanalmente. O "jeep" é o instrumento de trabalho indispensável para as quatro corajosas irmãs que têm que cuidar não somente do centro mas também de várias capelas do campo. Para tudo contam com o apoio espiritual do pároco e, quanto à parte material, com a mencionada Sociedade de Assistência Rural.

Eis, em resumo, o alcance do ensaio que a arquidiocese inteira olha com grande esperança e que já está dando os frutos esperados, sinal da bênção de Deus.

Muitos elementos dessa experimentação não são em si novos. Não constitui novidade que irmãs e mesmo môças piedosas tenham funções paroquiais; e também não é inovação as religiosas dirigirem nas Missões a oração em comum, a catequese etc. Não ficaria bem falar de "promoção de religiosa a cargo jurídico na Igreja", ao se tratar de uma tarefa que as irmãs exercem quando as circunstâncias o exigem. A novidade consiste no espírito com que o experimento em Nísia Floresta é conduzido, na organização, na coordenação com a iniciativa que visam a situação econômica e a preparação técnica do pessoal missionário. Originalidade é, se quisermos, esta maior valorização de uma virgem cristã por parte da autoridade diocesana que nem por isso perde de vista a presença e o apostolado direto do sacerdote, ideal que permanece e deve persistir. E, sob qualquer prisma que consideremos a experiência de Nísia Floresta, como o "Movimento de Natal", não devemos separá-la do quadro sobrenatural dentro do qual Dom Sales quer que se desenvolva todo esse fermento de obras. Com

efeito, assim conclui êle na página introdutiva da Carta Pastoral: *êste plano prevê a Graça, supõe vida sobrenatural, exige inteligência e coração a serviço do Evangelho*. Eis o segredo de toda iniciativa quando queremos que prospere para o bem da Igreja e das almas. E é consolador e significativo êsse acontecimento no Nordeste brasileiro, acêrca do qual a imprensa em geral não se ocupa senão com negras descrições de desesperada miséria.

Como vimos, naquela região brasileira, a Igreja ainda é a fonte viva de esperanças divinas e humanas.

QUEM ACODE ?

Um verdadeiro grito lancinante nos chega do Nordeste brasileiro. É o próprio Bispo de Palmeiras dos Índios, Estado de Alagoas, que nos escreve relatando sua angústia ao ver, depois já de tantos esforços, que a juventude feminina continua abandonada, sem assistência religiosa.

Êle olha sobretudo para SANTANA DO IPANEMA, cidade de 12.000 almas que cresce de dia para dia, e para a qual ainda não foi achada nenhuma solução cristã no campo educacional. Êle apela para uma congregação ensinante que possa fundar e tomar conta de um colégio para os cursos do primário e ginasial. Oferece prédio e garante condições de vida satisfatórias. Santana do Ipanema fica a uma hora e meia da sede do Bispado, tem condução diária com Macaio e Recife, dispõe de energia elétrica e está sendo executado o serviço de abastecimento de água.

Sua Excelência quer crer que nosso comunicado haverá de constituir por certo um toque de esperança. Deus o permita. A Conferência dos Religiosos espera uma resposta alentadora. Quem o puder fazer, escreva para a

Diretoria da CRB.

Democracia Dinâmica e Educação

R. da R. — *Transcrevemos neste número de nossa Revista esclarecida e documentada contribuição que o CICYP (Conselho Interamericano de Comércio e Produção), Seção Brasileira, apresentou em sua reunião de 15 de maio último, inserida na Ordem do Dia, sob o item ATUAÇÃO DA EMPRESA NA EDUCAÇÃO.*

O Homem

A PESSOA humana — não a sociedade — é que é dotada de razão e moralmente livre. O homem tem, assim, pela sua natureza, uma dignidade inalienável, que é o fundamento de “direitos” pessoais e de “deveres” naturais imprescritíveis, qualquer que seja sua origem social, sua religião, sua raça, sua condição financeira, seu grau de desenvolvimento.

A Sociedade

Resulta de ser o homem um ser essencialmente “social”, no sentido de que só pode realizar sua plenitude especificamente humana “pela” sociedade e “na” sociedade, dentro das comunidades naturais onde está inserido.

Segue-se que: condenamos como falsas tôdas as formas ou artifícios do “coletivismo” que erige a sociedade em fundamento dos “direitos individuais e comuns”, e com suprema razão da pessoa humana. Nem merecem tratamento diverso as formas de “individualismo” que denegam à sociedade o “direito e a responsabilidade” do bem comum temporal dos cidadãos.

Homem — Sociedade

No plano finalístico, a razão de ser da sociedade é criar as condições do “bem comum” que melhor propiciem a “todos os indivíduos” a realização de “seus próprios destinos”.

No plano dos “meios” para obtenção do bem comum, os indivíduos se subordinam à sociedade, pois que esta encontra no bem comum o fundamento de seus direitos e a limitação de suas competências.

Homem — Sociedade — Estado (isto é: poderes)

Existem direitos “positivos”, fundados em leis, e direitos “naturais”, fundados na natureza. O fim da sociedade é tornar efetivos os direitos de “todos” os seus membros, tendendo, assim, à realização do ideal da “justiça social” na qual “todos” encontrem as suas possibilidades concretas de realizar suas “legítimas” aspirações humanas.

Ora, são “direitos essenciais” à pessoa humana: o direito à vida, à saúde, à educação, ao exercício da religião, à família, ao trabalho com justa remuneração, à propriedade, assim como todo o conjunto de franquias espirituais, civis e políticas.

O Estado — a empresa — a livre iniciativa

O Estado, no exercício de “seus poderes” para cumprimento de sua missão, não deve intervir na esfera dos “interesses individuais”, salvo quando a intervenção fôr imposta pelas “exigências do bem comum” e — ainda assim — respeitados sempre os “direitos inalienáveis da pessoa humana e dos grupos primários que lhes são anteriores”.

Ora, são anteriores ao Estado os grupos: familiar, religioso e profissional. Nestes, portanto, a intervenção do Estado só pode ter um caráter “subsidiário ou supletivo”, isto é, “no momento” e “nos setores” em que estes grupos não estiverem em condições de cumprir sua missão essencial, em “vista do bem comum”.

Responsabilidade da empresa

Na medida em que a empresa e a livre iniciativa, nos mais variados setores da vida nacional, souberem realizar os objetivos dos grupos familiar, profissional, associativo, afastará o domínio crescente da intervenção do Estado, porque os indivíduos e os grupos optarão pelo seu desenvolvimento com liberdade, prerrogativa da pessoa humana.

Mas, não será possível resolver democraticamente a questão social, sem: 1) as uniões horizontais entre indivíduos da mesma classe; 2) as uniões verticais que aproximam institucionalmente todos os indivíduos dos diferentes planos do mesmo setor de produção; 3) os diversos setores de produção, distribuição etc., com os grupos ou organizações educacionais, culturais etc.

A educação e a empresa — (bases democráticas)

A empresa democrática exige “liberdade de iniciativa” e “competência profissional”.

A escola livre é o berço da democracia, dando ao homem consciência de seus direitos e de seus deveres, sem dependência “direta” dos poderes do Estado. A independência do mestre é uma garantia da independência do seu ensinamento, da formação nos alunos de uma consciência livre e da garantia para a família de poder escolher os educadores de sua preferência. A “escola livre” é o vestibulo da “livre iniciativa”.

Por outra parte, dizíamos que a empresa democrática exige “competência profissional”. A escola livre, mais facilmente que a estatal, pode estudar currículos flexíveis que atendam à formação de técnicos, de trabalhadores qualificados, de especialistas e de pesquisadores.

A união da empresa com as universidades livres reforçaria a democracia, pouparia altos investimentos às indústrias, em geral, que se vêem obrigadas a manter institutos próprios e reforçaria a “autonomia universitária” naquilo em que, por falta de legislação autenticamente democrática, ela se sente mais ameaçada: no setor econômico-financeiro e na constituição progressiva de um patrimônio, garantia de sua “estabilidade” e “independência”.

Pluralismo escolar

Em recente manifesto ao governo deposto, as Associações de Pais de Família lembravam:

Democratizar — aceitar a diversificação dos grupos sociais e planejamento democrático é, exatamente, o inverso de **ESTATIZAÇÃO**, sendo esta sinônimo de **MONOPÓLIO** tendente a destruir as opções filosóficas, culturais ou religiosas dos indivíduos e das associações.

Lamentavam: — “a falta de critérios objetivos na avaliação das condições de equilíbrio econômico-financeiro das instituições particulares de educação e a propensão injustificável dos Podêres Públicos a exigirem resultados, sem possibilitar os meios”.

Ora, diziam: — “Exigir o impossível é sempre uma forma cruel de tirania. Tanto mais grave se nos apresenta esta violência, quanto os próprios governantes reconhecem ser o ensino estatal várias vezes mais caro do que o custo do ensino particular, coberto pelas contribuições dos Pais de Família”.

Lamentam, finalmente: — “A destinação dos governantes em não utilizar, com a amplitude que a lei faculta, a possibilidade de, através de bolsas de estudos, permitir às famílias de poucos recursos exercer — da mesma forma que as famílias abastadas — o direito de livre escolha dos educadores de seus filhos”.

E concluíam ser necessário: — “Defender, por todos os meios, a existência, o aprimoramento e a extensão do **PLURALISMO ESCOLAR**, expressão democrática que salvaguarda a Liberdade de Consciência, através da Livre Iniciativa e dos empreendimentos oficiais, no campo da educação nacional”.

Educação — coeficiente de desenvolvimento

Líamos, em recente monografia sobre "Universidades a serviço do desenvolvimento", os seguintes tópicos:

Valor Econômico da Educação

A educação, de fato, além dos superiores interesses culturais e espirituais que promove, representa verdadeiro investimento que eleva o que alguns buscam chamar de: capital humano, intimamente associado às atividades de produção. É que através do aprimoramento das faculdades e aptidões naturais, a educação completa o homem, permitindo-lhe enriquecer o potencial econômico de seu trabalho. Consideram-se fontes do desenvolvimento econômico: a terra, o trabalho e o capital. Sobre a quantificação destes fatores fundamos nossos cálculos de desenvolvimento. Mas, há um fator, dificilmente ponderável, que influi no aumento da produção: é a qualidade do trabalho, traduzido em mais e melhores resultados, que provém, como efeito de sua causa, da qualidade do trabalhador.

A aceleração, na criação e aplicação de processos mais aperfeiçoados e produtivos; a instrução da mão-de-obra, colaborando na solução dos múltiplos problemas da produção, aparentemente insignificantes, por vezes; o conhecimento mais difundido da atividade econômica, de suas múltiplas relações e condicionamento; são fatores dificilmente quantificados, mas de influência incontestável no balanço dos resultados finais. A análise minuciosa desses e de outros aspectos levaria os estudiosos, com relativa aproximação, a medir o que ousaríamos chamar de "rentabilidade da educação".

Mas, eis que, para muitos, torna-se verdadeira blasfêmia buscar e, muito mais ainda, intentar medir os resultados das inversões econômicas na educação. Vêm nisto a profanação que a todos nos scandalizaria — de se transformar a escola, templo do saber e da cultura — em imitação utilitária de uma rendosa indústria.

Em primeiro lugar, pelo fato de a educação envolver, nas suas vantagens, algum benefício econômico, não quer dizer que nossa intenção seja explorá-la somente nesse setor ou, principalmente, por causa desses proveitos materiais. Outros valores, muito mais preciosos e singulares, movem os mestres de todas as gerações.

Mas, através da apreciação autêntica e complexiva de uma política educacional, verificamos que o aprimoramento do espírito provoca, ainda e mais abundantemente do que outros processos, a elevação do próprio conforto e do bem-estar social.

Seria útil medir, com precisão, este fator e não somente os elementos materiais que integram o processo do desenvolvimento.

Em confirmação destas reflexões abstratas, podemos — entre outros — apresentar dois valiosos testemunhos: em primeiro lugar o documento apresentado pelo CICYP à Reunião Plenária em Santiago do Chile, a 15-03-64. Lê-se nas páginas 90 e 91, esquematizando os incentivos à "Motivação do empresário no tocante à educação e treinamento", serem as considerações "motivadas" de três categorias: 1) ético-sociais; 2) técnicas; 3) econômicas.

Referindo-se a estas últimas, afirma o documento: "Os estudos mais recentes sobre desenvolvimento econômico, quer na Europa, quer nos Es-

tados Unidos, indicam que, pelo menos um terço do incremento da produtividade, por "homem/hora", não foi devido a novos equipamentos, ou ao aumento do capital financeiro, e sim a MELHORIAS QUALITATIVAS da mão-de-obra, através da tecnologia e treinamento".

O segundo testemunho é do ilustre economista Dr. Eugênio Gudín que, em recente artigo de "O Globo" (24-04-64), chega aproximadamente à mesma conclusão.

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Matrículas por níveis de educação — 1961

	<i>Ensino Oficial</i>	<i>Ensino Particular</i>
Primário	5 761 701	847 192
Médio	451 238	856 806
Superior	58 021	43 560

Conclusões de curso por níveis de educação — 1961

	<i>Ensino Oficial</i>	<i>Ensino Particular</i>
Primário	338 232	75 651
Médio	59 784	119 182
Superior	9 488	8 139

Pessoal docente por níveis de educação — 1961

	<i>Ensino Oficial</i>	<i>Ensino Particular</i>
Primário	181 122	29 904
Médio	39 128	63 242
Superior	14 259	9 619

Salário anual por níveis de educação — 1961

	<i>Ensino Oficial</i>	<i>Ensino Particular</i>
Primário	336 000,00 (mais alto) 60 000,00 (mais baixo)	47 000,00 (médio)
Médio	256 000,00 (médio)	229 500,00 (médio)
Superior	120 000,00 a 336 000,00	77 760,00 a 45 300,00

Contribuição do Poder Público — 1960*(Auxílios, subvenções, bolsas etc.)*

Gasto do Poder Público com aluno-ano matriculado em escola oficial	Gasto do Poder Público com aluno-ano matriculado em escola particular
Primário 2 735,00	784,97
Médio 18 180,00	1 202,20

N.B. — Hermes Lima, na aula inaugural proferida em março de 1962, na Universidade de Salvador, afirmou que o custo *per capita* no ensino superior oficial (federal e estadual) tinha sido, em 1961, de Cr\$ 600 000,00 em média. Nesse mesmo ano, na Pontifícia Universidade Católica a média, por aluno, oscilava em torno de..... Cr\$ 60 000,00!

Deficiências quantitativas

1. Sòmente metade das crianças de 7 a 11 anos está matriculada nas várias séries do curso primário, ficando fora da escola mais de 5 milhões de crianças daquele grupo etário.
2. De 100 alunos concluintes do curso primário, apenas 15 matriculam-se na primeira série do ensino médio.
3. Também, de 100 alunos concluintes do 1.º ciclo do ensino médio, apenas 29 matriculam-se no 2.º ciclo.
4. Ainda, de 100 alunos que concluem o ensino médio, sòmente 17 matriculam-se na primeira série do ensino superior.
5. Por último, apenas 1,5% dos alunos que se matriculam no curso primário e 9% dos que fazem o curso médio chegam a concluir o curso superior.

Formação do Corpo Docente

Primário: Dos 197 423 professores em exercício em 1958, 96 026 não tinham qualquer formação pedagógica, sendo que dos 57 938 professores municipais, 52 816 apenas haviam concluído o curso primário.

Médio : Sòmente 20%, ou seja 15 996 professores, em 1960, tiveram formação pedagógica. Os 80% restantes, ou seja 53 988, obtiveram registro, até 1950, pela documentação apresentada e, depois, pela prestação de exames de suficiência.

CONCLUSÃO

O homem essencialmente social realiza-se como ser racional e livre usando seus direitos e cumprindo seus deveres, “na” sociedade e “através” da sociedade.

A sociedade não sendo origem dos direitos do homem, toda forma de “coletivismo”, “monopólio” contraria a dignidade da pessoa humana.

O Poder Público não é “senhor” dos indivíduos, nem “proprietário” dos indivíduos, dos recursos da nação, mas, exercendo função delegada, é “servo” da sociedade e mero “administrador” do erário público.

Segue-se que, com relação aos indivíduos e às instituições livres, a ação dos poderes do Estado há de ser, por sua própria natureza, meramente “subsidiária e supletiva”, na medida em que sua intervenção se fizer necessária para salvaguardar o “bem comum”.

Se isto se há de exigir, em nome dos direitos humanos, em todas as atividades sociais, tanto mais imperioso se torna, no setor da EDUCAÇÃO, que interessa diretamente à “liberdade e a inviolabilidade da consciência”.

Não se pode, pois, conceber, num regime democrático: “educação sem liberdade de opção”.

Se à família cabe escolher o gênero de Educação que prefere para seus filhos — (Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 26) — ao direito de escolha deve, obviamente, corresponder a “pluralidade de opções”.

O monopólio estatal, manifesto ou disfarçado, será, por conseguinte, contrário à liberdade de consciência proclamada, também, na nossa Constituição.

N.B. — Monopólio disfarçado seria, por exemplo, reservar a gratuidade exclusivamente para os estabelecimentos oficiais. Nestes casos, rouba-se à família pobre o direito de opção. Ora, escola “pública” não é a que o governo impõe mas aquela que o “público” faz sua, pela livre escolha.

Nem basta que o Estado dê a suas escolas o epíteto de “abertas para todos”, se ela estiver fechada, por restrições pedagógicas, filosóficas ou religiosas, à consciência da maioria.

Esta é, em resumo, a filosofia do PLURALISMO ESCOLAR. O Estado deveria encaminhar os “recursos públicos” aos estabelecimentos aos quais o PÚBLICO, isto é, as famílias, levam seus filhos.

A livre empresa, por sua natureza, não poderá nunca prescindir da “escola livre”, berço, fundamento e origem do “espírito democrático”. Muito pelo contrário, deverá ampará-la e defendê-la, quando mais não fôsse pela garantia que a “educação livre” apresenta na preservação de um clima de franquias democráticas, condição de sobrevivência da própria empresa livre, em todas as demais atividades sociais.

Em outros termos: “A LIVRE INICIATIVA” PREVALECE E AFASTA A INTERVENÇÃO DO ESTADO, NA MEDIDA EM QUE DEFENDE E REALIZA OS OBJETIVOS DOS GRUPOS: ASSO-

CIATIVO, PROFISSIONAL E FAMILIAR, SENDO QUE ESTE ÚLTIMO É BASE E PONTO DE PARTIDA DOS DEMAIS.

Note-se que, sem “EDUCAÇÃO” sobrevém o estrangulamento tecnológico da nação. Mas, sem “LIBERDADE DE EDUCAÇÃO” sofreremos a paralização progressiva da democracia dinâmica.

Qual será o problema dos problemas da “educação livre”?

É, sem dúvida, o seu financiamento, o equilíbrio econômico, a constituição de um patrimônio que lhe garanta “estabilidade no tempo”, e “independência dos Podêres do Estado”.

Nestes termos fica delineada a responsabilidade da “livre empresa”, na salvaguarda da Democracia: CABE-LHE GARANTIR, COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL, A BASE ECONÔMICA DA “LIVRE INICIATIVA NA EDUCAÇÃO”.

Isto poderá ser alcançado: 1) *diretamente* (pela criação de um fundo nacional); 2) *indiretamente*, empenhando toda sua influência na obtenção de leis que, através da distribuição proporcional do orçamento, pratiquem a justiça distributiva e preservem a liberdade de consciência, sem perda da igualdade de oportunidades de todos os cidadãos, permitindo-lhes escolher seus educadores sem maiores encargos econômicos, para os que optarem pela iniciativa particular.

RESOLUÇÃO PROPOSTA AO CONSELHO INTERAMERICANO DE COMÉRCIO E PRODUÇÃO

Proposta : — Criar um Grupo de Ação do CICYP.

Objetivo : — Estudar, dentro dos princípios de uma autêntica democracia dinâmica, a colaboração eficaz da livre empresa com o ensino livre.

Notanda : — A empresa democrática exige : “liberdade de iniciativa” e “competência profissional”.

Sem “educação” não há profissionais e técnicos competentes, seguindo-se o “estrangulamento tecnológico e econômico” da nação. Sem “Liberdade na Educação” não há mentalidade democrática no povo, morrendo asfixiada, aos poucos, a “livre iniciativa”, uma vez submetidas as novas gerações ao monopólio do ensino estatal. Nessas condições o Estado se apresenta, desde os bancos escolares, como : “Senhor” dos cidadãos e “Proprietário” dos recursos públicos, quando seu verdadeiro papel é de “Servo do povo” e mero “administrador” do erário nacional, visando o “bem comum”.

Advertência : — Responsabilidade da empresa. A livre empresa afasta a “ameaçadora intervenção do Estado”, na medida em que, corajosa e generosamente, se aplica a defender e até mesmo realizar os interesses e objetivos dos grupos sociais — família, profissão, associações culturais e

científicas etc. — entre os quais, tem prioridade formativa a Educação, base e ponto de partida dos demais.

Assessoria : — O Grupo de Ação deverá ficar autorizado a constituir um grupo de assessôres, com função normativa.

Execução : — O Grupo Executivo, formado pelo CICYP, deverá dar andamento aos planos.

A prudência e a seriedade no planejamento recomendam que não se multipliquem ou se introduzam novos planos sem que se consolidem ou, no caso de fracasso, se abandonem os precedentes.

ACREDITAMOS NA ESCOLA CRISTÃ ?

Que pergunta! — pensarão, sem dúvida, muitos de nossos leitores. E responderão que se os mestres cristãos não acreditassem na Escola Cristã, não teriam aceitado abraçar uma profissão que até êstes últimos anos os reduzisse, a êles e a suas famílias, a uma vida material em desproporção com a importância de seu compromisso para com a Nação; e era isso que o Ensino Oficial procurava recrutar...

Certamente! Mas todos nós sentimos bem que esta não é uma resposta verdadeira... Há algum tempo, pessoas que se dizem e que são realmente e profundamente nossas amigas nos criticaram por não "cremos vitalmente" na Escola Cristã; e é preciso reconhecer bem que as cartas que recebemos no momento, que os ecos que nos chegam de tôda parte, criam um estado de mal-estar nos mestres, mal-estar de dúvida, de incerteza sobre a autenticidade da Escola Cristã... Não é, portanto, inútilmente que nos ateremos sobre essa pergunta.

Não pretendemos, nos limites destas poucas linhas, trazer uma resposta completa e definitiva. Além do mais, o problema é bastante grave para que cada um de nós, por si, na vida cotidiana, procure e traga uma resposta a essa pergunta; bastante grave também, para que todos juntos retornemos, nos próximos meses, a êste assunto para tratá-lo em profundidade.

Seja-nos permitido, no entanto, ressaltar alguns pontos que poderão ajudar a nossa reflexão. E por isso, gostaríamos, antes de tudo, apresentar a pergunta sob outra forma : *Quando dizemos que cremos na Escola Cristã, em que afirmamos crer ?*

O certo é que não acreditamos numa Escola Cristã que seja finalidade. Não será êste o perigo que espreita todos aquêles que são admitidos numa instituição: considerá-la como finalidade em si, esquecendo que, em todos os casos, tanto na Igreja como no Estado, uma instituição não é senão um meio a serviço de um fim ?

Não cremos na Escola Cristã senão na medida em que seja um meio de participar na imensa missão da Igreja, e por ela aceito como tal, na medida em que ela seja, para os batizados que lhe são confiados, um meio de se tornarem cristãos, vivendo como adultos no mundo moderno em plena evolução, na medida em que ela mostre às crianças (cujo meio familiar é pouco ou nulamente penetrado pela fé), uma fisionomia verdadeira, e não caricata, de Cristo; na medida em que ela seja para essas crianças, cada vez mais numerosas na sua clientela, um testemunho autêntico, capaz de encaminhá-las sem nenhum constrangimento e no respeito total de sua consciência, para a fé num Cristo vindo "assumir" o mundo, não para limitá-lo, mas muito ao contrário para conduzi-lo a seu acabamento total e perfeito; na medida em que, finalmente, na paróquia e na cidade, ela seja "símbolo" e fermento...

Será que todas as escolas cristãs, será que todos os mestres cristãos "crêem vitalmente" nisso? Não digo "realizam isso totalmente": sabemos sobejamente o quanto somos imperfeitos. Estaremos, porém, a caminho dessa realização? Esforçamo-nos para fazer as adaptações, as mudanças de mentalidade que isso exige de nós?

Oh! certamente seria menos inconfortável afirmar hipocritamente que cremos na Escola Cristã, recusando enxergar a que isso nos leva...

Mas, se a Igreja, se os bispos estimassem que afinal a Escola Cristã está ultrapassada? E é isso que se diz na realidade...

Permita-se-nos responder com uma outra pergunta: *E se um dia a Igreja presumisse que tal forma de Ação Católica, que tal Movimento, que a organização atual das paróquias estão ultrapassadas, que fariam os militantes admitidos nesses movimentos ou nessas organizações?* Pensamos que isso não atingiria senão a estruturação das instituições que são êsses movimentos e organizações, mas que o problema da animação apostólica das comunidades cristãs, que o problema de evangelização dos meios sociológicos continuaria a existir. E outras estruturas substituiriam para que os militantes prosseguissem no seu trabalho pela Igreja...

O mesmo se dá com a Escola Cristã; suas estruturas podem e devem ser renovadas sem cessar, aliás.

E é isso que, às vêzes, traz confusão: não cremos em estruturas congeladas, de uma vez por todas, da Escola Cristã, mas cremos na permanência da Educação Cristã e estaremos sempre a serviço dessa formação de cristãos adultos de amanhã...

(Traduzido por D. Laura Jacobina Lacombe, da revista *Doceo* que transcreveu o artigo acima de *Allez et enseigne*, órgão dos Professores Católicos da França)

Venda de Objetos Sacros

PE. FREI BOAVENTURA DA GANGI, O.F.M. Cap.

CONSULTA: *É lícito aos clérigos e religiosos, e em quais condições, comprar e vender livros, velas, objetos de devoção, tanto nas igrejas e santuários quanto em outros lugares, como muitas vezes se vê praticar, e até com preços exagerados?*

É PROIBIDO aos clérigos e religiosos (câns. 142 e 592) o exercício do comércio e da indústria. E Pio XII estabeleceu para violadores dessa proibição a excomunhão reservada de modo especial à Santa Sé (1).

O comércio com os objetos religiosos pode se tornar negócio. Em si os objetos de devoção podem ser vendidos por religiosos à porta da casa religiosa ao preço de compra; pode haver pequena compensação pelas despesas as quais comparadas etc. estão ligadas também à compra deles. (2).

Incorre à proibição de negócio lucrativo, sem excluir objetos de devoção como livros sacros, imagens sagradas, medalhas, qualquer coisa comprada com intenção de vendê-la mais caro aos fiéis (3).

Para que se verifique o conceito de *atividade comercial*, proibida aos clérigos e aos religiosos, devem existir quatro condições enumeradas pelos canonistas e moralistas:

- a) *que se compre e se venda;*
- b) *que se venda sem transformação;*
- c) *que se venda mais caro;*
- d) *intenção de vender mais caro sem transformação da coisa comprada* (4).

(1) Decreto Pluribus da Sag. Congr. do Concílio, de 22 de março de 1950; A.A.S., 1950, p. 330.

(2) SCHAEFER — *De Religiosis*, 1947, n.º 1078.

(3) M. A. CORONATA — *Institutiones iuris canonici*, IV, 1955, n.º 2179.

(4) GENICOT-SALSMANS — *Theologia Moralís*, II, 1942, n.º 37.

Do mesmo modo, para que se verifique o conceito de *atividade industrial*, proibida da mesma forma aos clérigos e aos religiosos, quatro condições devem existir :

- a) que se compre a matéria-prima;
- b) que esta seja transformada prevalentemente com o concurso de operários contratados e pagos;
- c) que o produto seja vendido a preço mais elevado do simples custo da matéria-prima, da mão-de-obra, do gasto de maquinaria e de outras despesas, de modo que fique um certo lucro para o gerente;
- d) que a matéria-prima seja comprada e os operários sejam contratados pelo gerente com a finalidade de o produto ser vendido com lucro.

Tudo isso se deduz da doutrina comum.

Dêsse modo seria comércio proibido comprar livros, velas, objetos de devoção, para vendê-los com majoração de preço e portanto com lucro. Não pode justificar-se a majoração de preço como compensação da obra empregada pelo clérigo e religioso na venda, já que é propriamente o lucro, como compensação da obra pessoal do comerciante, que no direito natural justifica a majoração de preço na venda comercial, e a Igreja proíbe expressamente aos clérigos e religiosos procurar o lucro numa tal atividade.

Seria atividade industrial proibida :

- 1) Comprar a matéria-prima para fabricar terços e objetos de devoção com o emprêgo de operários assalariados, para vendê-los com lucro, isto é, a preço superior ao custo da matéria, do gasto de instrumentos, da mão-de-obra e de outras despesas necessárias;
- 2) Imprimir livros, revistas etc. de autores estranhos, prevalentemente com o concurso de operários assalariados, e vendê-los com lucro, isto é, a preço superior ao custo da mão-de-obra, do uso de maquinaria, da compensação dos autores e das outras despesas necessárias.

Tais atividades não podem ser exercidas por clérigos e religiosos, salvo especial faculdade da Santa Sé que dispense do cân. 142.

Não se fica livre da excomunhão e das outras penas pelo fato de que, no exercício da atividade comercial ou industrial, o clérigo tenha tido prejuízo e perdido muito dinheiro, por incapacidade ou inexperiência própria ou por circunstâncias contrárias. A Igreja não proíbe e não pune o ganho do clérigo, mas a atividade, prescindindo do lucro ou do prejuízo. Este prejuízo econômico seria presumivelmente um castigo de Deus, ao qual se acrescenta o castigo da Igreja. Mas se esse comerciante, que perde, fôsse eventualmente um religioso, merece uma ulterior punição se o prejuízo trazer dano à religião e comprometer seus superiores e os outros religiosos (cf. cân. 536).

Igualmente não isenta do pecado e das penas eclesiásticas o fato de que o clérigo exerça tais atividades com absoluta retidão comercial, não frau-

dando a ninguém nem causando outros danos. Para eventuais fraudes e outros danos são previstas mais ainda outras penas no cân. 2354: *O clérigo que incorre no delito de usura, rapina, furto determinado ou indeterminado em coisa muito notável, será punido pelo tribunal eclesiástico, sujeito a penas diversas como penitência, censura, privação do ofício e benefício, dignidade e, conforme o caso, até com a deposição.*

Nem se justifica pelo fato de que o lucro vai para a Igreja e os pobres. A Igreja recusa tais oferecimentos por parte do clérigo desobediente.

Não é proibido, pelo contrário, comprar livros e objetos de devoção como terços, velas etc., ou ainda fabricá-los com o concurso de empregados, para revendê-los a preço de custo, isto é, sem lucro algum, mas com fins de apostolado e para difundir a piedade e a devoção.

Esta atividade religiosa e caritativa, todavia, não deve ser exercida em pequena proporção e ocasionalmente e na falta de pessoas leigas capazes.

Quem exerce uma tal atividade mostrar-se-á pronto em satisfazer com caridade aos piedosos pedidos dos fiéis, mas não os solicitará para que comprem. Os clérigos e religiosos, ainda, se efetivamente não tiverem fins lucrativos, ficarão satisfeitos quando outrem desempenhar juntamente com eles a mesma atividade como obra de apostolado e de caridade. A caridade, de fato, não pretende ser exclusiva e não tem monopólios. *Caritas non oemulatur, non agit perperam, non est ambitiosa, non quaerit quae sua sunt...* (5).

Pelo contrário esforçar-se-ão para que outros satisfaçam à piedade dos fiéis, a fim de que eles mais livre e propositalmente possam atender à caridade espiritual, à oração, à administração dos sacramentos, ao estudo e às outras obras, sem perigo ou aparência alguma de atividade lucrativa proibida.

Se fôr possível, portanto, cuidarão para que perto da igreja alguma pessoa leiga, não sujeita à proibição do cân. 142, venda tais objetos, mesmo percebendo um lucro honesto, que não é proibido aos leigos (6).

Aos fiéis que pedem velas para acender no altar, terços, medalhas etc., o clérigo ou religioso poderá indicar e também exigir (7) o preço de custo de tais objetos; nunca mais e somente o preço de custo poderá ser indicado em público com letreiros.

Por preço de custo deve-se entender aquilo que foi efetivamente gasto na compra, no transporte e em outras despesas necessárias.

Pela doutrina dos moralistas e canonistas não é permitido comprar os ditos objetos em atacado e com preço mais baixo para revendê-los a um preço unitário mais alto no varejo, como fazem os comerciantes. O lucro arrecadado, no caso, seria fruto da atividade estritamente comercial.

(5) I Cor 13, 4-5.

(6) O art. 604 do Sínodo Romano de 1960 determina: **É proibido vender, nas igrejas e oratórios, nas sacristias e à entrada dos lugares sagrados, velas, imagens, terços, livros e outros objetos religiosos.**

(7) Salvo as leis especiais de cada instituto religioso que proibem de exigir estritamente o preço.

Não constitui culpa de per si quando não há comércio propriamente dito... se o clérigo compra por menor preço por liberalidade do vendedor e vende pelo justo valor, porque o lucro provém de doação (8). Entretanto, torna-se verdadeiro comércio se há diminuição no preço, precisamente quando o clérigo compra em grande quantidade (atacado), para vender o varejo (9).

Todavia, se o maior preço da venda ao varejo serve somente para compensar eventuais perdas, por exemplo, alguns terços numa certa quantidade, parece-me não ser negociação. Pois não pode ser obrigado o clérigo a repor de seu dinheiro na difusão das obras de religião e de piedade; mas somente a não perceber lucro.

Ilícito me parece, antes, se o maior preço servisse para compensar aqueles objetos que são dados como presente aos fiéis que não oferecem retribuição. Nesse caso, realmente, ter-se-ia o lucro que compensa por outro meio a beneficência, a qual, assim compensada, cessaria de ser beneficência, e o doador não teria mais perante Deus o merecimento da liberalidade gratuita.

O desconto comercial, concedido ao comprador na compra, parece-me possa considerar-se concedido algumas vezes em vista da pessoa ou da Igreja. Não seria, portanto, atividade comercial a venda ao preço justo, restando para si o desconto.

Mas se o desconto for concedido ao clérigo em quanto revendedor habitual, como aos outros revendedores, seria lucro comercial proibido pelo cân. 142.

É lícito aceitar uma oferta para a igreja e para as obras pias, superior ao preço, quando for dada livremente pelos fiéis, e com a consciência de fazer uma oferta e não de pagar o preço. Mas não se pode exigir essa oferta superior sem cair no comércio, e se ainda exige uma oferta (oferta simulada, no caso) superior ao preço corrente, cai-se ainda no preço exagerado, que é ilícito a todos os homens pelo direito natural e que, praticado pelos clérigos, escandaliza gravemente o povo.

Aos fiéis que pedem quanto devem, deve ser indicado o preço de custo, e não mais. Pode-se exortar os fiéis para que dêem livre e espontaneamente uma oferta à igreja, dizendo que os outros costumam dar mais no preço de custo. Mas é necessário que os fiéis formem a consciência de dar o que for mais como oferta livre e espontânea, e fiquem certos de que o clérigo ou religioso ficará igualmente satisfeito se lhe for dado somente o preço de custo.

Para examinar se a intenção dos clérigos e dos religiosos que vendem livros ou objetos de devoção é reta ou não, isto é, se mira ao apostolado e à religião, ou ao lucro, faça-se a hipótese que pessoas leigas, com as devidas garantias do ponto de vista moral e religioso, fiquem vendendo os mesmos objetos e quase constituam uma concorrência. Se ao clérigo ou

(8) Isso costuma acontecer, às vezes, e portanto não habitualmente.

(9) GENICOT-SALSMANS — op.cit., II, 1942, n.º 40, 4.º

religioso não agradar, procurando obstacular os concorrentes, sua intenção é obter lucro, é portanto condenável. Se não lhe desagradar, sua intenção é reta (10).

Não é proibido vender :

- a) livros compostos pelos religiosos da mesma Religião, ainda que impressos com obra de assalariados, ou tipografias estranhas, ou editados por outros;
- b) livros compostos por outros, mas impressos com a obra material dos próprios religiosos (11);
- c) objetos de devoção fabricados com a obra material dos próprios religiosos.

Nos supraditos casos o proveito é fruto da atividade dos religiosos, portanto lícito, assim como é lícito ao clérigo secular vender os produtos e os frutos do trabalho próprio e de seus familiares. Os religiosos da mesma Religião constituem uma única e grande família, e portanto conforme cân. 142 o trabalho e a atividade de alguns deles são considerados como atividades da família.

Concluo com o art. 83 do Sínodo Romano de 1960 : *Os clérigos e religiosos evitem tudo que não convenha a seu estado de vida, isto é, tudo que visse lucro (12), comércio, negócios, mercadoria, emolumentos elevados. Usem de toda prudência com aqueles que prometem prestar serviços ou dar auxílios, mas em condições não costumeiras ou obscuras ou ainda demasiadamente lucrativas.*

-
- (10) BONAVENTURA DA GANGI, P.Fr., O.F.M.Cap. — *Chierici e Religiosi e attività alberghiera*, em "Palestra del Clero", 1961, pp. 211-17, n.º 4.
 - (11) É proibido, como atividade industrial, vender livros compostos por estranhos à Religião e impressos com o concurso de operários assalariados. GOYENECH, *Questiones canonicae de iure Religiosorum*, Napoli, I, 1954, pp. 38-40; BONAVENTURA DA GANGI, P.Fr., *Gestione di tipografia da parte del Clero*, em "Palestra del Clero", 1959, p. 221.
 - (12) Portanto, também a aparência de lucro.

~*~

Com toda a razão alguém notou que o médico pode tratar dos seus enfermos sem que ele próprio goze saúde. Porém, para curar almas, é mister que o médico delas tenha a alma sã, porque, neste caso, dá alguma coisa de si mesmo. Os homens têm o direito de ser exigentes para com aquele que manifesta a pretensão de os ensinar a reformarem-se...

O Cristianismo propagou-se, menos por frequentes e longas discussões, que pelo espetáculo dos costumes cristãos, tão opostos ao egoísmo, à injustiça e à corrupção dos pagãos.

Note e Anote:

UM ENCONTRO DIFERENTE

Do dia 7 a 10 de julho, no Liceu Sagrado Coração, São Paulo...

Sim, já não é sonho, mas uma realidade, o encontro dos seminaristas maiores, interessados pelas vocações, sob a orientação do Pe. Olímpio Ferreira, S.D.B., nosso assistente e Diretor do Departamento Vocacional Salesiano.

Fruto do desejo que todos os seminaristas têm, de uma vivência eclesial, de uma Pastoral de conjunto mais sentida. Não queremos mais palavras, mas viver o mandato do Senhor e concreto: Amar... *non verbo et lingua sed opere et veritate*.

Neste primeiro encontro do Departamento Vocacional Seminarístico, tomaram parte 36 elementos de 10 diferentes ordens, congregações e clero secular. Vieram representantes de Viamão, São Paulo, Tietê, Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena, Botucatu, Aparecida, Belo Horizonte.

Foi um banho de unidade. Percebemos como é bom amar-nos: trabalhando e sofrendo juntos, lutando como irmãos num mesmo ideal. A missa e orações num só coração, como nos uniam! Até o *show* da despedida, onde alegria e hábitos se misturaram, nos falou de união.

Marcaram com sua presença, apoio e otimismo: Cônego Mário Curralo, Diretor das Vocações Premonstratenses, — Pe. Geraldo Deretti, Diretor do Centro Vocacional da Consolata e das Revistas "Seleções Missionárias" e "Brasil Missionário", — Pe. Vicente Maximovich, Diretor das Vocações na Prelazia de Encarnacion e dos Padres do Verbo Divino, — Pe. Ernesto Boff, Reitor do Teologado Camiliano, São Paulo, — Pe. José Araújo Santos, Diretor das Vocações dos Padres da Santa Cruz, — Pe. Fabiano Kachel, Diretor do Centro Vocacional do Verbo Divino.

Nosso sentido "obrigado" por êste testemunho de unidade e confiança.

TEMAS: — Situação do Padre no Brasil e causas de sua escassez; — Soluções dadas até hoje ao problema vocacional; — Posição do Seminarista diante do problema vocacional; — Equipes Vocacionais.

Os temas eram explanados em conferência, e a seguir havia debates.

CONFERENCISTAS: — Frei Francisco Lerpargneur, O.P., Diretor do Curso de Pastoral da CRB; — Frei Marcelo M. Gomes, O.F.M., Diretor do Secretariado Vocacional Franciscano; — Pe. Odílio Onofre, C.S.S.R., Diretor do Departamento Vocacional da CRB.

FREI LERPARGNEUR. — Padre define-se pelo Sacrifício, sendo em primeiro lugar de si mesmo. É mediador: traz o Cristo à terra e aproxima os homens de Deus. Reconcilia os homens com Deus e os homens entre si. Humaniza, evangeliza, sacramentaliza.

Sacerdócio: — Um é Sacerdote: Cristo. — Todos são sacerdotes: povo de Deus. — Alguns são sacerdotes: sacerdócio ministerial.

— Sacerdócio é para salvar o mundo. Por isso, decaiu quando deu maior importância a si próprio e não à Igreja.

— Há um desafio entre o mundo e a Igreja, a que ninguém responde. Povo quer materializar a religião. — Igreja quer alienar o homem da terra. — Responder com a mensagem dos Padres Operários: integrar-se no mundo, amar e salvá-lo como ele é.

— Uma das maiores, senão a maior causa da falta de padres, é o afastamento da Igreja: se a Igreja se preocupar com o povo, o povo se preocupará com a Igreja. — Outras causas: subdesenvolvimento econômico, social, religioso, poucos testemunhos de sacerdotes autênticos, falta de perseverança nos seminários, pombalismo (causa histórica).

FREI MARCELO. — Trouxe-nos a história vocacional (cf. *Vocation Sacerdotale*, março 1960, *La Pastorale des Vocations dans l'Église*, p. 71, Raymond Izard).

— *História Vocacional no Brasil*. Distinguiu, antes, três períodos no trabalho vocacional: 1) Simples aceitação ao Sacerdócio, sem cultivo vocacional; 2) Confrarias que se preocupam em rezar e ajudar economicamente; 3) Informação a um povo subinstruído religiosamente; 4) Pastoral de conjunto.

Brasil Colônia: simples aceitação; vocações mais portuguesas do que nacionais, dada a dificuldade dos estudos secundários.

Brasil Império: simples aceitação; pouquíssimo clero; povo subinstruído. (E se vinham padres prontos de Portugal, para que recrutamento?)

Brasil República: com uma maior liberdade religiosa, inicia-se uma ascensão no trabalho vocacional. Contudo, limita-se ainda a uma simples aceitação e recebe-se ainda padres estrangeiros para suprir a deficiência nacional.

A Segunda Guerra mundial estanca a entrada de clero estrangeiro. Preocupam-se por isso com um trabalho mais profundo para recrutamento de clero nacional.

Surge a literatura e tentativas de soluções vocacionais.

Marcam época: 1941 — aparecimento da REB com fíbulas vocacionais.

1949 — I Congresso nacional de Vocações na Bahia;

1956 — II Congresso nacional de Vocações em São Paulo;
Secretariado Vocacional da CNBB;
Departamento Vocacional da CRB.

Cursos especializados para Recrutadores Vocacionais; secretariados vocacionais e recrutadores em muitas ordens, congregações e dioceses; ruinando firmes para uma Pastoral de conjunto...

E os seminaristas? — Em vários círculos de debates definiu-se a nossa posição: entrar na Pastoral de conjunto, engajar-se no plano nacional vocacional a traçar-se em Morungaba (17 a 25 de julho), do qual muito esperamos. Trabalho concreto dos seminaristas: estudo e vivência da própria vocação, trabalho pastoral, quanto possível — serviço atual para a Igreja — treino para o futuro apostolado.

PADRE ONOFRE. — Falou-nos das possíveis soluções para o problema vocacional: — Padres estrangeiros (solução de emergência, não definitiva); — Apostolado leigo (mas são necessários os padres para dirigir!...); — Maior rendimento dos sacerdotes e religiosos atuais; — Aumento rápido e vigoroso de bons sacerdotes e religiosos.

Propôs-nos em seguida as etapas que a Pastoral de conjunto pretende adotar, para a solução do problema vocacional: — formação da mentalidade vocacional em todo o país; — despertar e cultivar o gérmen da vocação pela propaganda e métodos de seleção e cultivo; — cultivo posterior da vocação; — vivência da vocação pelos sacerdotes e religiosos. Resposta interna e externa à vocação.

EQUIPES. — No último dia, além da conferência do Pe. Onofre, tivemos a apresentação de várias Equipes de Base (E.B.). Notou-se o entusiasmo e trabalho desbravador dos seminaristas no campo vocacional. Em todos os seminários dos participantes havia o foco vocacional. Constatamos a existência de 23 equipes vocacionais de base no Brasil e 18 nos outros países da América do Sul.

— Discutimos em seguida: 1) princípios; 2) objetivos; 3) organização do Departamento Vocacional Seminarístico.

1) — *Princípios*: adotamos os do USMAS-1: — exigência da unidade e eternidade do sacerdócio de Cristo; — exigência do Corpo Místico de Cristo; — exigência do momento histórico da Igreja; — exigência da Igreja no Brasil (Pastoral de conjunto); — exigência da nossa posição de juventude sagrada e esperança da Igreja, a serviço do povo de Deus; — sociabilidade: exigência biológica, intelectual, religiosa (foi acrescentado por nós).

2) — *Objetivos*: união (une-se mais com o trabalho do que com palavras); — trabalho interno (estudo e vivência da própria vocação); — trabalho externo (tanto no seminário como fora em conjunto, realizando o apelo da Igreja).

3) — *Organização*: Equipes de Base, existentes em cada seminário; — Departamento Regional (união das Equipes de Base da mesma região); Coordenação nacional; — Perspectiva Latino-Americana.

Coordenação nacional é provisória. Foram indicados os membros da coordenação do Departamento Vocacional do MUSSP — ESVA — USMAS-2.

ATIVIDADES: - Despertar E.B. nos seminários em que não existem; — encaminhar os departamentos regionais; — preparar um encontro nacional; — promover cursos de Teologia e Pastoral Vocacional regionais.

(Anotações do Clérigo Luiz Fellzeer, M.J., pela Equipe de Coordenação)

CONFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E ESPIRITUAIS EM DISCOS

Para suprir a possível falta de conferencistas ou de obras e revistas, o Centro Nacional de Vocações da França organizou conferências em discos em francês, com 30,33 rotações. *A primeira série*, cujos teores abaixo expomos, é para religiosas que não receberam uma formação doutrinal superior. As *conferências de grau superior*, a sair ainda, serão para as que já estão mais iniciadas nas disciplinas intelectuais (professôras, por exemplo) ou já familiarizadas com a teologia ou espiritualidade.

Para o aproveitamento do sistema é necessário um trabalho de profunda reflexão, de permuta e mesmo de exame particular. Para favorecer tal exercício pessoal e comunitário, cada disco é acompanhado de uma ficha de reflexão que propõe:

- apresentação da conferência,
- referências bíblicas que podem servir para tema de meditação,
- uma questão para um trabalho em comum,
- um texto para um exame particular.

Relação dos assuntos

— Mistérios cristãos e ano litúrgico — Mons. Jenny	10	conferências
— Formação doutrinal: o Cristo — Abbé Saudreau	6	"
— Vida religiosa e espiritual — Mons. Garrone	4	"
— Vida religiosa e espiritual — Pe. Bro	2	"
— Educação espiritual e a alma religiosa — Pe. Ravier	8	"
— Rezemos com a Bíblia — Mons. Tamisier	4	"
— As religiosas e as missões — Pe. Piham	2	"
— Mansidão — Mons. Garrone	4	"
— Os sacramentos nos desígnios de Deus — Pe. Roguet	10	"

Cada disco custa 17 francos com o porte. Informações e sede:

CENTRE NATIONAL DES VOCATIONS

19, rue de Varenne — PARIS 7e.

Em geral cada disco traz duas conferências. Uma coleção comporta diversos assuntos e custa mais barato. A entrega é feita mais ou menos dentro de um mês.

N. da R. — Caso a idéia venha a encontrar no Brasil bastante aceitação, a CRB-Nacional de bom grado se dispõe desde já a estudar a viabilidade de um apostolado semelhante em nosso meio.

CRB Informa...

CRB-Nacional — Saudamos com muito entusiasmo a retomada de atividades da CRB-PR e apresentamos a palavra de seu novo Presidente, Frei Agostinho, para que não somente as religiosas do Paraná mas de todo o Brasil se possam deliciar com sua "mensagem" sob o título de AS RELIGIOSAS PERANTE A ÉPOCA PRESENTE.

Temos a graça de viver numa época conciliar, em que a Igreja toda se propõe uma renovação. Soam ainda aos nossos ouvidos os ecos de João XXIII, quando convoca o Concílio Ecumênico, para propor à Igreja de Cristo uma revitalização de seus membros, semelhante ao que sucedeu no Cenáculo de Jerusalém, em que o Espírito Santo renovou a face da terra, transformando num instante aqueles homens, que foram incapazes de compreender algo dos três anos da paciente pregação de Cristo... Fato semelhante está se verificando na época por que passamos, quando o Espírito Santo, de modo todo particular, assiste à Igreja, para que seus membros sejam todos outros "Cristos", e, como Ele, faróis de santidade, que iluminem e atraiam pelo exemplo e pelas obras, que propaguem o Evangelho por uma vida autêntica, como a luz que se propaga nas trevas...

Se a renovação, que o Espírito Santo opera na Igreja, deve atingir a todos os homens, é claro que dessa renovação não podem prescindir as religiosas, as esposas de Cristo, aquelas que de modo mais íntimo comprometeram-se a ser-lhe semelhantes. Anuindo, pois, ao apêlo do Concílio Ecumênico, exorto às religiosas a revitalizarem-se, o que quer dizer, tornar-se mais semelhantes Aquele a Quem prometeram fidelidade, ou, melhor ainda, tornar-se Cristo, "cristificar-se"... Sem essa renovação espiritual, inútil apelar para obras de apostolado, inútil querer renovação, inútil querer cristianizar, pois ninguém dá o que não tem...

Se as religiosas ouvirem o apêlo do Concílio Ecumênico... se o concretizarem em sua vida prática... estou certo que a renovação espiritual não se restringirá entre quatro muros de uma casa religiosa... mas haverá de transbordar e influenciar na renovação de todos os membros da Igreja. Desaparecerão então os mesquinhos interesses terrenos, para dar lugar à "Mensagem de Cristo", que é congregar todos os homens num só rebanho. Tomar-se-á consciência do múnus de dilatar o "Reino de Cristo", pois as religiosas devem ser auxiliares do Clero... Tendo-se consciência do estado atual da Igreja, ninguém há de negar-se a ser um "missionário" segundo as próprias possibilidades e espírito da congregação, pois como Paulo VI disse a um geral de certa ordem religiosa: "se a casa estiver a arder, usar-se-á de todos os meios para extirpar o incêndio".

Esse apêlo ao apostolado, quero frisar que deve ser norteadado segundo o espírito da congregação, que o fundador, inspirado pelo Espírito Santo,

quis dar a quem desejasse abraçá-la. Conformar-se com as atitudes dos fundadores dos institutos, creio que será o melhor meio de anuir aos insistentes apelos de renovação, que o Concílio Ecumênico propõe a tódia Igreja. E as religiosas, cõscias de sua missão, vivificadas por uma espiritualidade autêntica, serão também missionárias autênticas, quer em terras de missão, quer trabalhando em paróquias, quer em visitas domiciliares, quer em estabelecimentos de educação, quer num hospital, quer fechadas num mosteiro, como Santa Terezinha do Menino Jesus. Sem sair dos portais do convento, foi uma alma tódia apostólica, merecendo o título de "Padroeira das Missões".

Vivamos, pois, a época presente. Tomemos consciência da obra do Espírito Santo pelo Concílio Ecumênico.

PE. FREI AGOSTINHO DE CAPINZAL, O.F.M.Cap.
Presidente da CRB do Paraná

● Depois de vários contatos entre responsáveis pelas vocações, realizou-se em Morungaba, São Paulo, de 18 a 27 de julho passado, sob a presidência do Sr. D. Orlando Chaves, DD. Arcebispo de Cuiabá, a REUNIAO DOS DIRIGENTES DO APOSTOLADO VOCACIONAL DO BRASIL, convocada pelo Departamento das Vocações da CRB e oficializada pelo SNVS da CNBB.

Em número de 67, participaram padres de ambos os cleros, irmãos e irmãs, provenientes de quase todos os estados do Brasil, além de 3 leigos do Clube Serra e 1 diácono representando as Equipes Vocacionais dos Seminários e Casas de Formação. Num clima de grande simplicidade, alegria e união de ideais, foram tratados temas os mais atuais: 1) Fundamentos teológicos, sociológicos e introdução à pastoral vocacional; 2) Temas de Pastoral Vocacional; 3) Ação conjunta (necessidade — possibilidades — organização, plano geral, plano trienal); 4) Resoluções, sugestões e moções.

Entre outros pronunciamentos e mensagens de autoridades eclesiásticas, é de ressaltar o testemunho do Cardeal D. Carlos de Vasconcellos Motta, DD. Presidente da CNBB que, em carta enviada ao Diretor do Departamento de Vocações da CRB, transmitiu seus "mais calorosos parabéns pelo brilhante êxito" e acrescenta textualmente: "aprovo, aplaudo e abençoo êsse Movimento Vocacional de máxima necessidade para a nossa Pátria, tão carecida de educação cristã, e de clero para dar-lha".

Ainda como prova da solicitude da Igreja pelos problemas vocacionais e a coroar o trabalho empreendido pela dita Reunião, o Santo Padre Paulo VI dignou-se enviar por telegrama sua mensagem de Pai e Pastor universal: "Aos esforçados dirigentes das Obras das Vocações Diocesanas e Religiosas, o Augusto Pontífice, augurando que seja frutuoso seu encontro, encoraja paternalmente os trabalhos e propósitos e envia a implorada Bênção Apostólica, penhor de abundantes auxílios celestiais. Cardeal Cicognani".

Recensões Bibliográficas

LIVROS

Da Livraria AGIR Editora, Rio:

HARLEIGH TRECKER — *Como Trabalhar com Grupos*, trad. do original americano por Evangelina Leivas, 1964, 1 vol. br., 195x125 mm, 240 pp.

Da Editora Herder, São Paulo:

LOUIS GUITTARD — *A Evolução Religiosa dos Adolescentes*, trad. de Placídia Alcântara Vasconcellos, 1964, 1 vol. br., 210x145 mm, 368 pp.

Bíblia em Côres (versão portuguesa de Myriam Morães Spiritus, sobre o original alemão *Bilderbibel*; texto escolhido por W.

Hilman, O.F.M., e Josef Quadflieg, com ilustrações de Johannes Grueber; publicação de Patmos-Verlag, Duesseldorf), 1963, 1 vol. enc., 250x150 mm, 96 pp.

Da Editora Vozes, Petrópolis, RJ:

OTTO ZIERER — *História da América* (desde 1600 até 1800), II Vol. br., 1964, 180x130 mm, 264 pp.

GABRIEL CACHO — *O Pastor Sem Ovelhas* (Peça em dois atos e um só ator — Palco Juvenil n.º 176), trad. do espanhol por Genúino Mazurana, 1964, 1 op. br., 150x110 mm, 48 pp.

REVISTAS

Do Brasil:

Cadernos Vocacionais — julho-agosto 1964, São Paulo.

Carta aos Padres — maio-junho 1964, São Paulo.

Convivium — junho 1964, São Paulo.

Reparação — maio e junho 1964, Rio de Janeiro.

Revista Gregoriana — março-junho 1964, Rio de Janeiro.

Sponsa Christi — junho e agosto 1964, Petrópolis, RJ.

Verbum — março-junho 1964, Rio de Janeiro.

Vozes — junho e julho 1964, Petrópolis, RJ.

Do Exterior:

Cahiers du Clergé Rural — junho-julho 1964, Sèvres (França).

Lumen — junho 1964, Lisboa.

Religieuses D'Action Hospitalière et Sociale — junho 1964, Paris.

Rivista delle Religiose — junho-julho 1964, Roma.

Salesianum — janeiro-março 1964, Turim (Itália).